

2

Descrições definidas: ideias fundamentais

Um dos principais objetivos da tese é defender a ideia de que descrições definidas não são expressões referenciais, mas expressões de quantificação (ou, mais simplesmente, de generalidade). Portanto, será apropriado começar a tese explicando o que estamos chamando de expressões referenciais e o que estamos chamando de expressões de quantificação.

Começaremos pelas expressões referenciais. Parece razoável afirmar que uma expressão referencial é uma expressão cuja função (semântica) é introduzir no discurso um objeto. Supondo que proposições podem conter objetos, podemos descrever uma expressão referencial como uma expressão que contribui com apenas um objeto para a proposição que uma frase expressa.

Isso nos leva a outra questão: que tipos de expressões devem ser consideradas expressões referenciais? Há um grande debate em torno dessa questão, mas duas respostas em particular nos interessam: a de Mill e a de Russell.

Não há dúvida que Mill pensava que nomes (próprios) eram expressões referenciais. Ele escreve: “When we name a child by the name Paul, or a dog by the name Caesar, these names are simply marks used to enable those individuals to be made subjects of discourse” (1843/2006, p. 24). Para ele, nomes seriam usados para se referir a certos objetos; sem, contudo, descrevê-los. O que Mill quer dizer fica claro quando consideramos um nome como, por exemplo, “Prudente de Moraes”. Embora esse nome seja usado para se referir a um certo presidente do Brasil, isso não significa que tal presidente fosse uma pessoa prudente.

Aqui devemos ter cautela, pois muitas vezes falamos no significado de um nome próprio. Por exemplo, alguém poderia afirmar que “Paulo” significa pequeno (em latim). Porém, a pergunta pelo significado do nome é enganadora. Dizer que “Paulo” significa pequeno em latim é apenas dizer que o nome originou-se do adjetivo latino “paulus”. Portanto, a pergunta pelo significado de um nome é, na verdade, uma pergunta sobre sua origem.

Russell, entretanto, pensava que os melhores candidatos a expressões referenciais eram as palavras “isto” (*this*) e “aquilo” (*that*). Russell (1918/2010, pp. 28-29) afirma que “nome logicamente próprio”¹ é uma expressão cuja contribuição proposicional é apenas o objeto da nossa percepção sensorial (“acquainted”)². Em outras palavras, um nome logicamente próprio é uma expressão que designa um objeto acessível perceptualmente, sem descrevê-lo. Os melhores candidatos a nomes logicamente próprios são demonstrativos simples (em português, “isto”, “isso” e “aquilo”).

A expressão “nome logicamente próprio” é enganadora, pois palavras como “isto”, “isso” e “aquilo” não são nomes, mas indexicais. Aparentemente, o que Russell queria dizer era que apenas certas expressões indexicais (em oposição a nomes próprios e descrições definidas) merecem ser consideradas como autênticas expressões referenciais.

Nesta tese, assumiremos que, de certa forma, Mill e Russell estão certos e que nomes próprios e expressões demonstrativas são expressões referenciais: expressões cuja contribuição proposicional é simplesmente um objeto. É possível que nomes próprios não sejam, de fato, expressões referenciais. Também é possível (embora pouco provável) que demonstrativos simples não sejam expressões referenciais. Devemos notar, entretanto, que a tese não depende da verdade dessas ideias. Ela depende apenas da suposição de que algumas expressões são referenciais no sentido em que Mill ou Russell defenderam.

Nem toda expressão é referencial. Predicados, por exemplo, não são geralmente considerados expressões referenciais (singulares). A contribuição proposicional do predicado, digamos, “... é vermelho” não é um objeto, mas uma propriedade, a saber: a propriedade de ser vermelho. Na tese, portanto, “expressões referenciais” será tomada de forma restrita. Ela designará apenas expressões cuja função semântica é se referir a objetos individuais e concretos (p. ex., pessoas, mesas, etc.). Devemos reconhecer que - de certo modo - isso é

¹ A expressão “nome logicamente próprio” não se encontra em Russell. Ela provavelmente foi cunhada por Strawson (1950/1998). Russell, entretanto, expressa-se de forma semelhante: “Um nome, em sentido estritamente lógico de uma palavra cujo significado é um particular” (1918/2010, p. 29).

² Rigorosamente, “contato” é uma relação que mantemos apenas com “um verdadeiro objeto dos sentidos”. Afrouxaremos essa condição e admitiremos que é possível manter algum tipo de relação de contato com pessoas e objetos físicos.

arbitrário, mas nesse ponto (como em vários outros) estamos apenas seguindo uma prática comum entre os autores da área.

Quantificadores (expressões como “todo”, “algum”, etc.) também não são expressões referenciais. A contribuição proposicional de “nenhum homem” certamente não é nenhum objeto. Qual é, então, a contribuição de quantificadores? E, de forma mais geral, o que é um quantificador?

Russell (1905/1998) tratava quantificadores como certas propriedades de “funções proposicionais”. Assim, para Russell, uma frase como, por exemplo, “Algum F é G” afirma algo como “Não é sempre falso que ‘x é F & x é G’”. Sem dúvida, quantificadores podem ser concebidos de outras maneiras, mas isso não importa para a tese. A teoria das descrições de Russell é, em princípio, compatível com outras maneiras de se entender quantificação.

Portanto, precisamos apenas nos comprometer com algumas ideias bem amplas. Uma delas é que a contribuição proposicional de um quantificador não se confunde com o objeto que ele denota (mesmo quando ele denota apenas um objeto). A contribuição proposicional de “um amigo meu” não é sicrano, mesmo que sicrano seja meu único amigo. Se assumirmos que proposições são entidades estruturadas, podemos afirmar que a contribuição de um quantificador QF é uma “estrutura” que contém uma propriedade de primeira ordem, F, e uma propriedade de segunda ordem, Q. Assim, a contribuição de “um amigo meu” (em, digamos, “um amigo meu é poliglota”) será “(Ex) (x é amigo de Murilo & ...x)”.

Vale lembrar também que, em geral, supõe-se que quantificadores possuem âmbito ou escopo (*scope*) e, por causa disso, podem dar origem a certas ambiguidades. Intuitivamente, o escopo de uma expressão pode ser entendido “como se consistisse no operador junto com a menor subfrase ou subfórmula, aberta ou fechada, governada pelo operador (ou pela ocorrência em questão do operador)” (Branquinho, Murcho, & Gomes, 2006, pp. 27-28).

O caso dos conectivos torna fácil entender o que é o escopo de uma expressão (e os tipos de ambiguidade que podem surgir). Considere o seguinte exemplo.

B: “Eu quero comprar um PS3 e uma TV analógica ou uma TV digital” (suponha que o “ou” é excludente).

Há duas formas diferentes de interpretar o que B quis dizer. Na primeira, B disse que ele quer comprar um PS3 e uma TV analógica (TVA) ou que ele quer comprar apenas uma TV digital (TVD). Na segunda, B disse que ele quer comprar um PS3 e uma TVA ou que ele quer comprar um PS3 e uma TVD. Estas duas interpretações são o resultado dos diferentes escopos que podemos associar às palavras “e” e “ou”.

Empregando-se parênteses, a primeira e a segunda interpretações do que B disse podem ser respectivamente esquematizadas como:

(B quer comprar um PS3 e uma TVA) ou B quer comprar uma TVD.

B quer comprar um PS3 e (B quer comprar uma TVA ou uma TVD).

A função dos parênteses aqui é identificar o escopo dos conectivos “e” e “ou” em cada caso. Assim, no primeiro caso, temos uma disjunção (na qual um dos membros é uma conjunção) e, no segundo caso, temos uma conjunção (na qual um dos membros é uma disjunção).

Quantificadores também possuem escopo. Considere a frase “Todo parisiense gosta de algum filósofo”. Ela pode ser usada para afirmar duas coisas diferentes: (i) que todo parisiense gosta de algum filósofo (nesse caso, Pierre gosta de Foucault, Jean gosta de Derrida, etc.) ou (ii) que há um certo filósofo (digamos, Derrida) tal que todo parisiense gosta dele (nesse caso, Pierre gosta de Derrida, Jean gosta de Derrida, etc.).

No primeiro caso, o escopo de “todo parisiense” é maior que o escopo de “algum filósofo”. No segundo, o escopo de “todo parisiense” é menor que o escopo de “algum filósofo”. Assim, temos:

(i) $(Ax) (Px \rightarrow (Ey) (Fy \& Gxy))$

(ii) $(Ey) (Fy \& (Ax) (Px \rightarrow Gxy))$

Ambiguidades de escopo podem surgir não apenas da interação de dois ou mais quantificadores, mas da interação de quantificadores com outras expressões, tais como verbos de atitudes proposicionais. A frase “Sócrates acredita que pelo menos um grego é sábio” admite duas interpretações:

Sócrates acredita que $(Ex) (Gx \& Sx)$

$(Ex) (Gx \& \text{Sócrates acredita que } Sx)$

No primeiro caso, Sócrates teria uma crença “de dicto”, uma crença sobre uma proposição. No segundo, entretanto, ele poderia ter uma crença “de re”, uma crença sobre um indivíduo.

Como veremos, a interação de quantificadores com a negação também pode dar origem a ambiguidades de escopo, um fato importante e que foi explorado por Russell (1905/1998, 1919/1998).

2. 1

A teoria das descrições de Russell

Numa primeira aproximação, diremos que o objetivo da teoria das descrições de Russell é oferecer uma interpretação de frases da forma “um F é G” e “o F é G”. Essa interpretação indicará as condições de verdade e a forma lógica dessas frases. A teoria foi inicialmente apresentada em Russell (1905/1998), mas reaparece em outros trabalhos (p. ex., Russell, 1912/1999, 1919/1998).

Descrições indefinidas são expressões formadas pelo artigo indefinido (singular) e um substantivo comum ou uma expressão que funciona como um substantivo comum. Por exemplo, “um livro”, “uma mesa marrom”. Por sua vez, descrições definidas são expressões formadas pelo artigo definido (singular) e um substantivo comum ou uma expressão que funciona como um substantivo comum. Por exemplo, “o livro”, “a mesa marrom”.

Russell apresenta sua teoria por meio do que se chama de definição em uso ou definição contextual. Ao invés de analisar descrições isoladamente, Russell explica como frases que contêm descrições definidas devem ser analisadas. Em outras palavras, a teoria não analisa apenas a descrição “um F” ou “o F”, mas uma frase que contém a descrição: “um F é G” ou “o F é G”. Informalmente, entretanto, diremos que a descrição “o F” foi analisada de tal-e-tal modo (ao invés de “a frase que contém a descrição ‘o F’ foi analisada de tal-e-tal modo”). *Pace* Russell, não vemos nada de errado nisso. Esse ponto será explicado em breve.

Começaremos pela teoria das descrições indefinidas de Russell. Qual é a contribuição proposicional de uma expressão da forma “um F”? Poder-se-ia pensar que a contribuição proposicional de uma descrição indefinida seria simplesmente o objeto que o falante tem em mente (cf. Russell, 1919/1998, pp. 67-68). Imagine que no caminho de casa, B encontra Jones, um velho conhecido. Eles conversam um bocado e, por causa disso, B atrasa-se para o jantar. Ao chegar em casa, sua esposa pergunta pela razão do atraso e B responde: “Eu encontrei um conhecido”.

Naturalmente, poderíamos pensar que B expressou a proposição que ele, B, encontrou Jones. Afinal, não é a Jones que B está se referindo? Russell recusa

essa sugestão. Para ele, há importantes diferenças entre proferimentos de “Eu encontrei um conhecido” e de “Eu encontrei Jones”; mesmo quando, em ambos os casos, o falante tem em mente Jones.

Russell apresenta aqui uma espécie de argumento do entendimento. Não podemos entender um proferimento de “Eu encontrei Jones” completamente, a menos que saibamos quem é Jones. Entretanto, podemos entender completamente o proferimento de B sem ter a menor ideia de quem é Jones. A identidade de Jones é relevante quando usamos uma expressão referencial (como um nome próprio), mas não quando usamos uma descrição indefinida. Como vimos, Russell não deixa dúvidas nesse ponto: “not only Jones, but no actual man enters into my statement” (1919/1998, p. 68).

Portanto, de acordo com Russell, a forma lógica e as condições de verdade de “Eu encontrei um conhecido” serão dadas pela fórmula “ $(\exists x) (x \text{ é um conhecido (de B) \& B encontrou } x)$ ”.

Podemos generalizar essa ideia do seguinte modo. A forma lógica e as condições de verdade de uma frase da forma “um F é G” são dadas pela expressão “ $(\exists x) (Fx \& Gx)$ ” e a contribuição proposicional de “um F” não será um objeto, mas algo como “ $(\exists x) (Fx \& \dots x)$ ”.

Outro exemplo tornará mais claro o que queremos dizer. Considere (1).

(1) Um ex-senador de Illinois foi eleito presidente dos Estados Unidos.

Conforme Russell, a forma lógica de (1) será dada pela expressão “ $(\exists x) (x \text{ é ex-senador de Illinois \& } x \text{ foi eleito presidente dos Estados Unidos})$ ”. Portanto, (1) será verdadeira se houver pelo menos um ex-senador de Illinois que tenha sido eleito presidente dos Estados Unidos. Caso contrário, (1) será falsa.

Note que mesmo que Barack Obama seja o único ex-senador de Illinois eleito presidente dos Estados Unidos, (1) não expressará uma proposição singular sobre ele. Ao invés disso, ela expressará uma proposição geral sobre quem quer

que seja ex-senador de Illinois e que tenha sido eleito presidente dos Estados Unidos. Portanto, para Russell, proferimentos de "um F é G" expressarão a proposição que há pelo menos um F que é G.

Antes de examinarmos o caso de descrições definidas, vejamos como analisar expressões referenciais. Considere o seguinte exemplo. Ele envolve o uso de um nome próprio: "Carlos XVI Gustavo".

(2) Carlos XVI Gustavo é calvo.

Intuitivamente, podemos dizer que (2) é uma frase do tipo sujeito-predicado que, na lógica de predicados, seria parafraseada como "Cg". Visto de outra forma, podemos dizer que a contribuição proposicional do predicado "... é calvo" é a propriedade de ser calvo e que a contribuição proposicional de "Carlos XVI Gustavo" é o próprio Carlos XVI Gustavo. Nesse caso, a função de "Carlos XVI Gustavo" seria introduzir no discurso um indivíduo e permitir a atribuição de uma certa propriedade a ele.

Considere agora outro exemplo. Ele envolve o uso da descrição "o rei da Suécia".

(3) O rei da Suécia é calvo.

Parece natural analisar a frase (3) como se ela fosse do mesmo tipo que (2), isto é, como se fosse uma frase do tipo sujeito-predicado. Vista dessa maneira, a expressão "o rei da Suécia" seria também um termo singular cuja contribuição proposicional seria simplesmente Carlos XVI Gustavo.

Todavia, há razões para se duvidar disso. Primeira, a descrição "o rei da Suécia" contém, ela mesma, um termo singular: "Suécia". Logo, deveríamos esperar que a contribuição proposicional de descrição envolvesse a própria Suécia.

Além disso, a descrição também contém a relação “... [é] rei de ...”. E, pelo mesmo raciocínio, deveríamos esperar que “o rei da Suécia” também contribuísse com essa relação. (É importante notar que não consideraremos a tese fregiana de que descrições definidas são “nomes próprios” (i.e., expressões referenciais) que possuem sentido e - algumas vezes - referência. Visto dessa forma, “o atual rei da Suécia” teria um certo sentido e uma referência (Carlos XVI Gustavo). Embora tenha atraído a atenção de filósofos (p. ex., Oswald Chateaubriand) e de linguístas (p. ex., Paul Elbourne, Irene Heim e Angelika Kratzer), o exame dessa ideia - por causa de suas complexidade e implicações filosóficas - se coloca além do alcance da tese).

Também temos motivos para pensar que condições de verdade de (2) são diferentes das condições de verdade de (3). Para que (2) seja verdadeira, basta que Carlos XVI Gustavo seja calvo. Se a Suécia é ou não uma monarquia, pouco importa para as condições de verdade (2). A situação é diferente quando consideramos (3). Se a Suécia nunca tivesse tido um rei, então (3) nunca poderia ser verdadeira.

Isso nos leva a crer que (3) não é de fato uma frase do tipo sujeito-predicado e, em particular, que a expressão “o rei da Suécia” não é o sujeito (lógico) da frase. Sendo assim, que frase é (3)? Que condições de verdade devemos atribuir a (3)? E se a descrição “o rei da Suécia” não é o sujeito da frase, que papel ela desempenha?

A teoria das descrições de Russell pode ser vista como uma resposta a estas perguntas. Vamos começar pela pergunta sobre as condições de verdade de (3). De acordo com Russell (1919/1998, pp. 74-75), uma frase como (3) será verdadeira se três condições forem satisfeitas, a saber:

- (3.1) Se houver pelo menos um rei da Suécia,
- (3.2) Se houver no máximo um rei da Suécia,
- (3.3) Se todo rei da Suécia for calvo.

Curiosamente, essas três condições são exatamente as mesmas para que (4) seja verdadeira.

(4) Há apenas um rei da Suécia e ele é calvo.

Assim, para Russell, alguém que proferisse (3) num certo contexto, estaria expressando a mesma proposição que outrem que proferisse (4) no mesmo contexto. Em outras palavras, afirmar (4) é apenas uma forma mais longa de afirmar (3).

As consequências dessa análise são profundas. Primeiro, somos forçados a reconhecer que, uma vez que as condições de verdade de (4) são gerais, as condições de verdade de (3) também serão gerais. Essa é uma diferença importante entre (2) e (3), pois as condições de verdade de (2) não são gerais. Elas dependem de um indivíduo, Carlos XVI Gustavo. Em certo sentido, as condições de verdade de (3) não dependem de ninguém “em particular”. Se, em 2012, outro homem calvo se tornasse rei da Suécia, (3) permaneceria verdadeira.

Segundo, a análise de Russell também nos mostra que a estrutura ou a forma lógica de (3) é consideravelmente mais complexa que a de (2). Esse ponto torna-se mais claro quando reescrevemos as condições (3.1)-(3.3) usando a linguagem da lógica de predicados.

(3.1') $(\exists x) (Rxs)$

(3.2') $(\forall x) (Rxs \rightarrow (\exists y) (Rys \rightarrow y = x))$

(3.3') $(\forall x) (Rxs \rightarrow Cx)$

Portanto, a estrutura lógica de (3) pode ser vista como a conjunção formada por (3.1')-(3.3'), isto é:

(4') (Ex) (Rxs & (Ay) (Rys $\rightarrow$ y = x) & Cx)

A diferença é clara. (4) equivale a (4'), uma frase estruturalmente muito mais complexa que simplesmente “Cg”.

Podemos, agora, generalizar a teoria das descrições definidas de Russell. De acordo com a teoria, as condições de verdade e a estrutura de uma frase da forma “o F é G” são dadas pela fórmula (TDDR):

(TDDR) (Ex) (Fx & (Ay) (Fy $\rightarrow$ y = x) & Gx)

Observe que não há em (TDDR) nenhum termo singular que corresponda à descrição “o F”. Isso não quer dizer, entretanto, que não há nada em (TDDR) que corresponda a descrição “o F”. Se quisermos, podemos dizer que a descrição “o F” corresponde agora a uma certa estrutura quantificacional, a saber:

(Ex) (Fx & (Ay) (Fy $\rightarrow$ y = x) & ...x)

O que alcançamos com a teoria das descrições? O primeiro resultado importante é que estabelecemos um procedimento que “gives a reduction of all propositions in which denoting phrases occur to forms in which no such phrases occur” (Russell, 1905/1998, p. 38). Em outras palavras, podemos agora traduzir quaisquer frases contendo descrições definidas em frases livres de tais expressões. As descrições simplesmente “desaparecem na análise” (para usar a expressão de Quine).

Além disso, fomos capazes de estabelecer uma distinção entre a forma gramatical de uma frase e sua estrutura lógica (ou forma lógica). Assim,

gramaticalmente, é natural interpretar frases da forma “o F é G” como se fossem frases do tipo sujeito-predicado, mas a análise proposta pela teoria não coincide com a análise gramatical. Portanto, embora gramaticalmente distintas, frases da forma “o F é G” e frases da forma “há apenas um F e ele é G” estão associadas a uma mesma forma lógica, a saber: “ $(Ex) (Fx \ \& \ (Ay) (Fy \rightarrow y = x) \ \& \ Gx)$ ”.

Finalmente, empregando a teoria das descrições, poderemos resolver pelo menos três problemas (*puzzles*) lógico-semânticos. Essa consequência é importante para Russell; pois “[a] logical theory may be tested by its capacity for dealing with puzzles” (Russell, 1905/1998, p. 40).

O primeiro problema chama a nossa atenção para o comportamento de descrições em contextos intensionais. Em tais contextos, nomes e descrições definidas (supostamente) violariam o Princípio da Substituição de Idênticos (PSI). De acordo com esse princípio, o valor de verdade de uma frase permanece o mesmo se um termo da frase for substituído por outro termo de mesma referência. Considere a seguinte aplicação do PSI:

(5) Smith duvida que Carlos XVI Gustavo é o rei da Suécia.

Ora, Carlos XVI Gustavo é o rei da Suécia.

Logo, Smith duvida que Carlos XVI Gustavo é Carlos XVI Gustavo.

No argumento (5), temos apenas o que parece ser uma aplicação do PSI. No entanto, o argumento (5) não é válido, pois é possível que Smith duvide que Carlos XVI Gustavo seja o rei da Suécia, mas que ele não duvide que Carlos XVI Gustavo seja idêntico a si mesmo. Será que, em (5), temos uma violação do PSI?

O próximo problema está relacionado ao Princípio do Terceiro Excluído (PTE). De acordo com o PTE, se uma frase for verdadeira, sua negação será falsa (e vice-versa). Por exemplo, se a frase “Sócrates gostava de maçãs” for verdadeira, a sua negação, “Sócrates não gostava de maçãs”, será falsa. Portanto, uma proposição e sua negação não podem ser ambas verdadeiras (nem ambas falsas). No entanto, considere os seguintes exemplos.

(6) O rei da França é gago.

(~6) O rei da França não é gago.

De acordo com o PTE, temos duas possibilidades: ou (6) é verdadeira e (~6) é falsa ou (6) é falsa e (~6) é verdadeira. O problema é que, como a descrição “o rei da França” é vazia (a França não é mais uma monarquia), ambas (6) e (~6) parecem expressar proposições falsas. Ora, isso quer dizer que frases que contêm descrições vazias violam o PTE? E, se não o violam, quais são os valores de verdade das proposições expressas por (6) e por (~6)?

O último problema pode ser ilustrado pelo seguinte diálogo. Suponhamos que uma pessoa R diga: “A montanha de ouro não existe”. Outra pessoa, M, poderia perguntar: “O que não existe? A que você está se referindo?” Naturalmente, a resposta de R seria: “Ora, estou me referindo à montanha de ouro”. Ao que M retrucaria, “Como você pode fazer referência a algo que não existe?”. Ora, segundo Russell, não é possível se referir ao que não existe. Logo, se R está se referindo à montanha de ouro, ela deve existir. Mas se ela existe, resulta em contradição negar-lhe sua existência. Em outras palavras, para negar a existência da montanha de ouro, precisamos, de alguma forma, nos comprometer com a sua existência, o que seria uma contradição.

Vejamos agora como a teoria das descrições de Russell é capaz de lidar com os problemas em questão. O primeiro problema surgiu quando, supostamente, substituímos “o rei da Suécia” por “Carlos XVI Gustavo”. O resultado dessa substituição (“Smith duvida que Carlos XVI Gustavo é Carlos XVI Gustavo”) nos pareceu uma violação da PSI.

Considere agora apenas (5.1), a primeira frase de (5).

(5.1) Smith duvida que Carlos XVI Gustavo é o rei da Suécia.

Como a teoria de Russell analisaria (5.1)? Uma análise possível seria (5.1*)

(5.1*) Smith duvida que $(\exists x) (Rxs \ \& \ (Ay) (Rys \rightarrow y = x) \ \& \ x = g)$

Outra análise possível seria (5.1**)

(5.1**) $(\exists x) (Rxs \ \& \ (Ay) (Rys \rightarrow y = x) \ \& \ \text{Smith duvida que } x = g)$

(5.1*) e (5.1**) não são equivalentes. Se não houver um rei da Suécia, por exemplo, (5.1**) será falsa, mas (5.1*) poderá ser verdadeira. Portanto, de acordo com a teoria, uma frase como (5.1) será (estruturalmente) ambígua.

Russell afirma que, em (5.1*), a descrição tem ocorrência secundária e, em (5.1**), a descrição tem ocorrência primária. Essa distinção será particularmente importante para o próximo problema. Aqui, cabe notar apenas o seguinte. Ambas as análises de (5.1) revelam que “o rei da Suécia” não corresponde a um termo singular, mas a uma certa estrutura quantificacional.

Portanto, a frase “Smith duvida que Carlos XVI Gustavo é Carlos XVI Gustavo” não pode ter resultado de (5.1) pela aplicação de PSI, pois “o rei da Suécia” não é um termo singular. Ora, o primeiro problema surgiu exatamente porque presumimos que “Carlos XVI Gustavo” e “o rei da Suécia” eram ambos termos singulares de mesma referência. A análise mostrou que essa presunção era falsa. Assim, em (5), não há qualquer violação de PSI. Embora “Carlos XVI Gustavo” seja um termo singular, a descrição “o rei da Suécia” não o é (embora a descrição contenha um termo singular, “Suécia”).

O segundo problema surgiu quando indagamos sobre o valor de verdade de frases que contêm descrições vazias. Russell e vários filósofos pensam que (6) é falsa. Para eles, se não há um rei da França, é falso que o rei da França é gago. Porém, se afirmarmos que (6) é falsa, devemos afirmar também, seguindo o PTE,

que (~ 6) é verdadeira. O problema é que, como não há um rei da França, seríamos levados a afirmar que (~ 6) também é falsa. E se ambas são falsas; temos, aparentemente, uma violação do PTE.

Como no problema anterior, cabe perguntar como a teoria de Russell analisaria as frases em questão. Vamos começar com (6). De acordo com a teoria de Russell, (6) corresponde a (6^*).

$$(6^*) (Ex) (Rxf \ \& \ (Ay) (Ryf \rightarrow y = x) \ \& \ Gx)$$

(6^*) é claramente falsa, pois ela afirma (entre outras coisas) que há um rei da França. Isso significa que a frase (~ 6) é verdadeira? Não necessariamente. A semelhança de “Smith duvida que Carlos XVI Gustavo é o rei da Suécia”, (~ 6) também é ambígua. Ela admite duas interpretações diferentes, a saber:

$$(\sim 6^*) \sim (Ex) (Rxf \ \& \ (Ay) (Ryf \rightarrow y = x) \ \& \ Gx)$$

$$(\sim 6^{**}) (Ex) (Rxf \ \& \ (Ay) (Ryf \rightarrow y = x) \ \& \ \sim Gx)$$

Em ($\sim 6^*$), afirma-se que não é o caso que existe apenas um rei da França e que ele é calvo. Em ($\sim 6^{**}$), entretanto, afirma-se que existe apenas um rei da França e que ele não é calvo. Isso acontece porque em ($\sim 6^*$) o âmbito da negação é maior que o âmbito da descrição e em ($\sim 6^{**}$) o âmbito da negação é menor que o âmbito da descrição. Em ($\sim 6^*$), toda a frase é negada. Em ($\sim 6^{**}$), nega-se apenas uma parte da frase.

($\sim 6^{**}$) é falsa, pois ela afirma que há um rei da França. Todavia, ($\sim 6^{**}$) não é a negação (lógica) de (6). A negação de (6) é ($\sim 6^*$), que é uma frase verdadeira.

Portanto, (6) e (~ 6) não vão de encontro ao PTE. A aparente violação do PTE surgiu apenas porque não fomos capazes de perceber que (~ 6) era ambígua. Afinal, descrições são expressões de quantificação e que, por causa disso, podem

interagir com outras expressões, como a negação e verbos que expressam atitudes proposicionais.

O último *puzzle* está relacionado a frases existenciais negativas, como (7):

(7) A montanha de ouro não existe.

Suponhamos que “a montanha de ouro” fosse um termo singular. Nesse caso, alguém que proferisse (7) estaria se referindo a uma montanha e atribuindo a ela a propriedade de não existir. Mas se ela não existe, como seria possível se referir a ela? E ainda, como seria possível lhe atribuir (ou negar) qualquer propriedade?

A resposta de Russell a essa questão é muito simples: isso não seria possível. Não podemos nos referir ao que não existe. Não podemos atribuir qualquer propriedade ao que não existe. É contraditório se referir ao que não existe e é contraditório lhe atribuir quaisquer propriedades. Porém, se Russell está certo, como é possível que (7) expresse uma proposição verdadeira?

Novamente, nosso primeiro passo será analisar (7) de acordo com a teoria de Russell. Nesse caso, teremos:

(7*) $\sim(\text{Ex}) (\text{Mx} \ \& \ \text{Ox} \ \& \ (\text{Ay}) ((\text{My} \ \& \ \text{Oy}) \rightarrow y = x))$

(7*) expressa uma proposição geral. Ela expressa a proposição que nenhum indivíduo possui (ao mesmo tempo) as propriedades de ser uma montanha e de ser feito de ouro. Não há em (7*) nada que corresponda a uma expressão referencial, mas apenas a propriedades e propriedades de propriedades (isto é, quantificadores).

Portanto, o terceiro problema depende da suposição de que “a montanha de ouro” é uma expressão referencial. A análise de (7) nos mostra que essa suposição

é falsa. Portanto, não há nada de contraditório em negar a existência da montanha de ouro.

Afirmar que um uso de “a montanha de ouro” nos compromete com a existência de um certo objeto seria tão absurdo quanto afirmar que o uso da expressão “ninguém” nos compromete com a existência de alguém ou que o uso da expressão “nada” nos compromete com a existência de algo.

A moral da história é familiar. A contribuição proposicional de uma descrição não se confunde com o objeto que ela denota. É por essa razão que uma frase da forma “o F é G” é completamente inteligível mesmo quando nada é F. Todos os problemas que examinamos surgiram porque tratamos descrições definidas como se fossem expressões referenciais (singulares). Uma vez que rejeitamos essa ideia e que passamos a tratar descrições como expressões quantificacionais, os “puzzles” simplesmente desapareceram.

2. 2

A teoria das descrições de Donnellan

Donnellan (1966/1998, 1968) percebeu algo interessante sobre o uso de descrições. Refletindo sobre as teorias de Russell (1905/1998, 1919/1998) e Strawson (1950/1998), ele notou que descrições definidas admitem dois usos distintos e que essa dualidade não foi detectada nem por Russell nem por Strawson.

A fim de elucidar essa distinção entre usos, Donnellan apresenta o seguinte par de exemplos. No primeiro exemplo, um detetive encontra Smith violentamente assassinado. Baseando-se apenas na brutalidade do crime, o detetive profere:

(8) O assassino de Smith é um louco.

No segundo exemplo, Jones está em julgamento pela morte de Smith. No tribunal, ele se comporta de maneira desatinada. Vendo aquilo e, desta vez, baseando-se no comportamento de Jones, Robinson profere (8).

Que tipo de proposição Robinson e o detetive expressaram? De acordo com Russell, ambos expressaram proposições gerais. Mais precisamente, cada um deles expressou a proposição que há apenas um assassino de Smith e ele é louco.

Donnellan não concorda inteiramente com essa resposta. Para ele, é razoável assumir que, no primeiro caso, o detetive expressou uma proposição geral. Afinal, o detetive não tinha nenhum indivíduo em mente. O que ele queria dizer era simplesmente que quem quer tenha assassinado Smith é/deve ser louco.

Porém, não era isso que Robinson queria dizer. Quando Robinson proferiu (8), o que ele queria dizer era que aquele indivíduo ali, Jones, é louco. Robinson

não queria comunicar uma proposição geral. Ele queria comunicar uma proposição singular³, uma proposição sobre um indivíduo, Jones.

Diferentemente do detetive, Robinson usou a descrição apenas como “uma ferramenta para fazer uma determinada tarefa: chamar a atenção [do ouvinte] para uma [certa] pessoa ou uma coisa”. (1966/1998, p. 176). E, nesse caso, se alguém perguntasse a Robinson a quem ele está se referindo, sua resposta seria a Jones. No primeiro exemplo, temos o que Donnellan chama de uso atributivo (da descrição definida). No segundo exemplo, temos o que ele chama de uso referencial.

Para Donnellan, entretanto, a melhor maneira de evidenciar a diferença entre os dois usos é considerar o que acontece quando nada satisfaz a descrição empregada pelo falante. Suponhamos agora que Smith cometeu suicídio e que, portanto, Jones está sendo julgado por um crime que ele não cometeu. Nesse caso, Robinson disse algo verdadeiro ou falso? Aqui também, as ideias de Donnellan e Russell divergem. De acordo com a teoria de Russell, Robinson disse algo falso. Se não há um assassino de Smith, Robinson não pode ter dito algo verdadeiro. Para Donnellan, entretanto, um falante pode se referir a um certo objeto e dizer algo verdadeiro a seu respeito, mesmo quando nada satisfaz a descrição que ele empregou. Portanto, para Donnellan, se Jones era de fato louco, então há pelo menos um sentido no qual ele disse algo verdadeiro sobre Jones. No uso referencial, escreve Donnellan, a descrição é apenas “um meio para identificar a pessoa sobre a qual queremos falar [e] é perfeitamente possível que a correta identificação seja feita mesmo que ninguém se encaixe na descrição que usamos” (1966/1998, p. 177). Esse argumento de Donnellan ficou conhecido como o

³ A expressão “proposição singular” e seu emprego na discussão do uso referencial de Donnellan vem de Kaplan (1975/1997). Ele escreve: “A distinção de Donnellan é uma contribuição para o ressurgimento de uma antiga e razoável teoria sobre a linguagem . . . Esta teoria [defendida por Russell nos ‘Principles of Mathematics’] afirma, em linhas gerais, que a correta análise de um típico ato de fala, por exemplo: ‘John é alto’, distingue de *quem* se está falando, isto é, o indivíduo sob consideração – aqui, John – e *como* ele é caracterizado – aqui, como alto. A análise de Russell da proposição expressa por ‘John é alto’ resulta em dois componentes: a propriedade expressa pelo predicado ‘...é alto’ e pelo indivíduo John. Isso mesmo. O próprio John, está logo ali, preso numa proposição” (p. 671). E mais adiante: “Eu gostaria de distinguir entre o tipo de proposição considerada por Aristóteles (“todo S é F”, “algum S é não-P”, etc.) e o tipo de proposição considerada anteriormente por Russell. Eu chamo as primeiras de proposições gerais e as últimas de proposições singulares” (p. 674).

argumento das descrições incorretas (*the argument from misdescription*, cf. Neale 1990).

Curiosamente, a distinção entre aquilo que é afirmado e aquilo que é meramente pressuposto (num sentido conversacional) desempenha um papel importante na teoria de Donnellan. Como vimos, Russell defende que se nada for F, a frase “o F é G” expressará uma proposição falsa. A razão disso é simples. A proposição que a frase “o F é G” expressa corresponde a uma conjunção formada pelas seguintes partes: “que há pelo menos um F”, “que há no máximo um F” e “que todo F é G”. Como a verdade de uma conjunção depende da verdade de suas partes, se uma dessas partes for falsa (digamos, “que há pelo menos um F”), a proposição será falsa.

Isso, porém, não é o caso no uso referencial. Aparentemente, a proposição que algo é F não faz parte daquilo que o falante afirma, quando ele usa a descrição “o F” referencialmente. De fato, “que algo é F” trata-se apenas de uma presunção (e não de uma “pressuposição” no sentido de Strawson, 1950/1998, 1952) que, em geral, acompanha um proferimento de “o F é G”. E é por isso que o falante pode expressar uma proposição verdadeira, mesmo quando essa presunção revela-se falsa.

Portanto, quando Robinson proferiu (8) ele não afirmou (nem mesmo em parte) “que alguém assassinou Smith”. De fato, ele afirmou apenas “que aquele homem lá, Jones, é louco”. Por isso, se Jones for realmente louco, podemos sustentar que Robinson disse algo verdadeiro sobre ele. Nesse caso, entretanto, seria natural presumir que Robinson acredita que alguém assassinou Smith, ou melhor, que ele acredita que um indivíduo, Jones, assassinou Smith. A natureza dessa presunção é meramente conversacional. Ela surge do fato de que, em geral, a melhor forma de ajudar o ouvinte a identificar um objeto é descrevê-lo corretamente. E dada a natureza não semântica da presunção, sua falsidade não impede o falante de afirmar algo verdadeiro sobre algo ou alguém em particular.

Descrições definidas podem ser usadas de forma referencial não apenas em afirmações, mas também em perguntas e pedidos. Suponha que Jones e sua esposa estão numa festa e que uma pessoa segurando uma taça de martíni, Robinson, chama a atenção de Jones. Este pergunta à sua esposa: “Quem é o homem bebendo um martíni?” A pergunta de Jones não é uma pergunta “geral”, ou seja, não é uma pergunta acerca de identidade de quem quer que esteja (unicamente) bebendo um martíni. Ela é uma pergunta acerca da identidade de um certo indivíduo: Robinson. Prova disso, escreve Donnellan, é que, mesmo que Robinson esteja bebendo apenas água, ainda há um sentido em que Jones fez uma pergunta a seu respeito e que essa pergunta pode ser respondida.

A situação é diferente quando a pergunta envolve uma descrição usada atributivamente. Suponha agora que Jones é o presidente da AAA (Associação dos Abstêmios Anônimos) e que durante sua reunião anual, um dos participantes afirma ter visto um homem bebendo um martíni. Decidido a tomar providências, Jones pergunta: “Quem é o homem bebendo um martíni?”. Diferentemente do exemplo anterior, temos agora uma pergunta geral, uma pergunta acerca de identidade de quem quer que esteja (unicamente) bebendo um martíni. E se não houver ninguém bebendo um martíni, não há uma resposta direta (*straightforward*) para a pergunta de Jones.

Vamos considerar agora dois casos envolvendo pedidos. Suponha que Jones dirige-se à sua secretária e profere as seguintes palavras: “Por favor, traga o livro que está em cima da mesa”. Suponha também que não há nenhum livro em cima da mesa, embora haja um livro próximo a ela. Se a descrição foi usada referencialmente, há um sentido em a secretária de Jones pode fazer o que ele pediu. Ela pode trazer o livro que estava próximo à mesa e perguntar se aquele era o livro que ele tinha em mente (“the book you [Jones] meant”). Imagine agora que Jones tem em mente uma mesa “especial”: sempre que alguém esquece um livro sobre ela, um alarme é acionado. Imagine ainda que ao ouvir o alarme da mesa, Jones pede a sua secretária: “Por favor, traga o livro que está em cima da mesa”. A secretária dirige-se à mesa em questão, mas, para sua surpresa, não há nada em cima dela. Aparentemente, o alarme disparou por causa de um defeito. Nesse caso, o pedido de Jones não pode ser cumprido, pois não há nada que satisfaça a descrição que ele empregou (nem algo que possa ser considerado o livro que ele

tinha em mente). Diferentemente do uso referencial, o uso atributivo só permite que um pedido seja cumprido se houver algo que satisfaça a descrição empregada.

Considerando apenas os exemplos de Donnellan, poderíamos tentar caracterizar a distinção entre usos referencial e atributivo de descrições definidas em termos das crenças do falante. No uso referencial, o falante teria crenças singulares (como, por exemplo, na crença “que aquele homem lá, Jones, deve ser louco”), mas, no uso atributivo, ele teria somente crenças gerais (como, por exemplo, na crença “que quem quer que tenha cometido um crime tão bárbaro deve ser louco”).

Essa caracterização, afirma Donnellan, não seria apropriada. Um falante pode acreditar que um objeto, e apenas ele, satisfaz uma descrição definida e usá-la atributivamente e pode acreditar que nada satisfaz uma descrição definida e usá-la referencialmente.

Considere os seguintes exemplos. Imagine uma pessoa que acredita que Jones assassinou Smith e que, durante o julgamento dele, afirma: “O assassino de Smith sofre de sérios distúrbios mentais”. Imagine também que, diferentemente de Robinson, ela não apóia sua afirmação no comportamento de Jones durante o julgamento, mas apenas em considerações gerais (como, por exemplo, “Apenas pessoas que sofrem de distúrbios mentais seriam capazes de cometer um crime tão cruel”). Apesar de sua crença singular, a pessoa em questão foi capaz de usar a descrição atributivamente e de comunicar apenas uma proposição geral sobre quem quer que tenha assassinado Smith.

Imagine agora que Claudius assassinou o rei da Dinamarca e que ele usurpou seu trono. Hamlet mantém para si que Claudius não é o rei, mas um usurpador. Imagine ainda que Hamlet deseja falar com Claudius e que ele pergunta a um dos guardas do palácio: “O rei está no castelo?” Nesse caso, Hamlet não fez uma pergunta sobre o falecido rei. Apesar de suas crenças, Hamlet

foi capaz de usar a descrição “o rei” para se referir a Claudius e fazer uma pergunta a seu respeito. Portanto, a distinção entre usos referencial e atributivo não pode ser caracterizada simplesmente em termos das crenças do falante. É necessário buscar uma outra maneira de caracterizar a distinção referencial-atributivo.

Há, porém, um sentido no qual as crenças do falante são importantes. Um falante só pode usar uma descrição para se referir a um objeto, se acredita numa proposição singular sobre aquele objeto. Embora não sejam suficientes, crenças singulares são necessárias para o uso referencial de descrições. Vejamos o porquê disso.

A semelhança de proposições, crenças e pensamentos dividem-se em gerais e singulares. Se acredito que Lee Harvey Oswald assassinou Kennedy, eu tenho uma crença singular sobre Oswald. Entretanto, se eu apenas acredito que alguém (cuja identidade eu desconheço) assassinou Kennedy, eu tenho uma crença geral sobre o(s) assassino(s) de Kennedy.

Essa distinção nos ajuda a identificar ainda outra diferença entre usos referencial e atributivo. Ela se encontraria no papel que pensamentos singulares desempenham em cada um desses usos. Pensamentos singulares são supérfluos no uso atributivo. Um falante pode usar uma descrição de modo atributivo, independentemente de suas crenças acerca deste ou daquele objeto particular. Assim, uma pessoa pode usar a descrição “o assassino de Smith” atributivamente quando ela não tem a menor ideia acerca de quem assassinou Smith (nesse caso, ela tem apenas pensamentos gerais em relação ao assassino), mas também quando ela possui a crença singular “que Jones assassinou Smith”.

Entretanto, uma pessoa só pode usar uma descrição referencialmente, se ela for capaz de entreter um pensamento singular sobre o objeto ao qual ela quer se referir. Portanto, a descrição “o assassino de Smith” só pode ser usada para se referir a Jones por uma pessoa que tem certas crenças singulares sobre Jones.

Há várias maneiras de se formar um pensamento singular sobre um certo objeto. A menos controversa, provavelmente, é aquela que envolve um contato perceptual com o objeto. Quando Robinson viu Jones comportando-se de tal e tal

forma, ele tornou-se capaz de entreter pensamentos singulares sobre Jones, isto é, pensamentos que dizem respeito diretamente a Jones. Por outro lado, uma pessoa que desconhece Jones não pode formar pensamentos singulares sobre ele baseando-se apenas na forma como Smith foi morto. Nesse caso, ele pode formar apenas pensamentos gerais (p. ex., “quem quer que tenha assassinado Smith dessa forma deve ser um louco”).

Donnellan (1968) ilustra a necessidade de pensamentos singulares para o uso referencial, com o seguinte exemplo. Suponhamos que, em 1960, Robinson proferiu: “O candidato republicano a presidência em 1964 será um conservador”. Suponhamos que Robinson não tinha a menor ideia a respeito da identidade desse indivíduo e que sua afirmação se baseava apenas em análises políticas da época. Quatro anos depois, Barry M. Goldwater, um conservador, tornou-se o candidato republicano à presidência dos E.U.A. Poderíamos dizer que, em 1960, Robinson se referiu a Goldwater? Donnellan afirma que não. Se quisermos, podemos dizer que ao usar a descrição, ele denotou Goldwater, mas dizer que Robinson se referiu ao então senador de Arizona seria inapropriado (*out of place*). A moral da história é clara: para Donnellan, a capacidade de se referir a um objeto e a capacidade de entreter pensamentos singulares estão intimamente relacionadas: podemos nos referir apenas aos objetos dos quais temos pensamentos singulares.

Donnellan reconhece que, apesar de seu apelo inicial, a noção do uso referencial pode nos conduzir a resultados pouco intuitivos. Ele se pergunta, por exemplo, se é possível usar uma descrição referencialmente e, mesmo assim, não se referir a nada. Ele concede que, em casos extremos, isso é possível. Considere o seguinte exemplo. Imagine uma pessoa que aponta numa certa direção e que pergunta: “O homem de bengala é um professor de história?” Imagine também que a pessoa em questão foi vítima de uma ilusão e que não há nada na direção em que ela apontou. Nesse caso, Donnellan aceita que houve uma falha de

referência e que, portanto, a pessoa usou a descrição referencialmente, mas não se referiu a nada.

A falha de referência não ocorre porque nada (em relação ao contexto de proferimento) satisfaz à descrição “o homem de bengala”. Ela ocorre porque não há aqui nenhum objeto em relação ao qual o falante possa dizer: “Eu estava me referindo àquela pessoa/aquele objeto, embora eu veja (agora) que não se tratava de um homem de bengala”. Consequentemente, a falha de referência impede o falante de expressar uma proposição. Se, ao invés de uma pergunta, o falante tivesse feito uma afirmação (p. ex., “O homem carregando uma bengala é um professor de história”), ela simplesmente não teria expressado uma proposição. (Por que Donnellan não discute aqui a teoria de Frege? Para Frege, a contribuição proposicional de uma descrição definida é *sempre* dada de forma composicional, ou seja, a contribuição de uma descrição definida resulta da contribuição de suas partes. Entretanto, para Donnellan, isso não é verdade no uso referencial. Quando usada referencialmente, a contribuição de uma descrição definidas é dada pelas intenções referenciais do falante e se não houver nada que corresponda a essas intenções, não se pode falar na proposição que o falante expressou).

Portanto, há casos nos quais o falante usa uma descrição referencialmente, mas não se refere a nada, a saber: casos nos quais não há ao menos um objeto tal que o falante estaria disposto a identificá-lo como aquilo ao qual ele queria se referir.

Antes de continuarmos, há dois pontos que gostaríamos de comentar. Primeiro, embora Donnellan não rejeite completamente a noção de ambiguidade lexical (ele escreve: “If it could be shown that the dual use of definite descriptions can be accounted for by the presence of an ambiguity . . .” (1966/1998, p. 186)), não há dúvida de que ele escreve como se descrições definidas fossem “pragmaticamente” ambíguas: o papel que uma descrição definida desempenha seria uma função das intenções do falante. Devemos notar, entretanto, que quase

toda a discussão filosófica que se seguiu ao artigo de Donnellan (1966/1998) assumiu que a ambiguidade que ele apontou não era “pragmática”, mas lexical (semântica). Nós também assumiremos isso. É possível interpretar os comentários de Donnellan em termos de “usos” de descrições definidas apenas. O problema é que não é interessante fazê-lo, pois, nesse caso, não haveria nenhum conflito com a teoria de Russell.

Além disso, Donnellan afirma que não parece possível dizer categoricamente de uma descrição definida, em relação a uma certa frase, que ela é uma expressão referencial. Em geral, o que determina se a descrição está sendo usada referencialmente ou atributivamente são as intenções do falante. Esta ideia também é compatível com a ideia de que descrições são lexicalmente ambíguas.

Segundo, para Donnellan, a distinção entre usos referencial e atributivo de descrições nos mostra que a maneira como geralmente classificamos palavras e expressões é incorreta. Ele escreve: “a ideia que, por exemplo, frases podem ser divididas em predicados, operadores lógicos e expressões referenciais não é geralmente verdadeira” (Donnellan, 1966/1998, p. 186).

Aqui, as razões de Donnellan não são claras. Porém, a distinção de Donnellan é perfeitamente compatível com uma linguagem que se divide, de um ponto de vista lógico, em predicados, operadores lógicos e expressões referenciais. A existência da distinção mostra, no máximo, que as descrições definidas do inglês, por exemplo, são ambíguas e que, portanto, podem ser interpretadas ora como expressões quantificacionais ora como expressões referenciais.

Outra diferença entre os usos atributivo e referencial diz respeito ao modo como identificamos (ou relatamos) aquilo que foi dito por um falante. Suponha que Robinson, referindo-se a Jones, afirma: “O assassino de Smith é louco”. Suponha também que embora Jones seja realmente louco, ele não é o assassino de

Smith. Nesse caso, Robinson disse algo verdadeiro sobre Jones (que ele é louco). Entretanto, como sabemos que Jones não é o assassino de Smith, sentimos que seria inapropriado concordar com o que Robinson disse usando suas palavras (“Robinson disse que o assassino de Smith é louco”). Ao invés disso, preferiríamos relatar o que ele disse usando uma descrição que, de fato, seja satisfeita por Jones (p. ex., “Robinson disse do acusado pela morte de Smith que ele é louco”), pelo seu nome (p. ex., “Robinson disse de Jones que ele é louco”) ou ainda por uma expressão demonstrativa (p. ex., “Robinson disse daquele homem lá que ele é louco”). Nossa relutância em usar as palavras do falante para relatar o que ele disse é explicada pelo fato de que se fizermos isso, daremos a impressão de acreditar em algo que de fato não acreditamos, a saber: que Jones é o assassino de Smith. Aqui, nossa escolha não depende das crenças de falante. Podemos relatar o que Robinson disse usando o nome “Jones”, por exemplo, mesmo que ele não saiba como Jones se chama. Porém, não podemos fazer o mesmo quando uma descrição definida é usada atributivamente. Se Robinson tivesse afirmado a mesma coisa, mas não tivesse a menor ideia de quem assassinou Smith; não seria correto relatar o que ele disse usando uma outra descrição, um nome próprio ou uma expressão demonstrativa.

A razão disso é que, no uso referencial, afirmamos de um indivíduo que ele é tal e tal e, por isso, podemos identificar o que foi dito usando qualquer outra expressão que nos pareça apropriada. Não há essa possibilidade no uso atributivo. Quando usamos uma descrição atributivamente, afirmamos que o quer que satisfaça unicamente a descrição é tal e tal e, aqui, a satisfação de uma condição descritiva é essencial para identificação do que foi dito.

Donnellan afirma que “nomes logicamente próprios” e descrições definidas usadas referencialmente funcionam de forma muito parecida. Como nomes logicamente próprios são, na verdade, expressões indexicais, a afirmação de

Donnellan nos leva a conclusão de que descrições definidas usadas referencialmente funcionam como expressões indexicais.

Tanto em caso de expressões indexicais quanto em caso de uso referencial de descrições, “nós estamos interessados na própria coisa” e não no fato de que algo satisfaz uma certa condição descritiva. Isso parece natural no caso de demonstrativos simples, mas é um tanto surpreendente no caso de descrições definidas. Essa ideia envolve a suposição de que a matriz da descrição (o “F” de “o F”) é semanticamente inerte: ela não contribui com uma condição descritiva para a proposição que o falante expressa nem determina a “referência” da descrição. Sua função, portanto, seria meramente pragmática: a de ajudar o ouvinte a identificar o objeto ao qual o falante quer se referir.

Alguém poderia supor que descrições usadas referencialmente assemelham-se a descrições definidas que, com o tempo, passaram a ser usadas como nomes próprios, pois seu conteúdo descritivo se perdeu ou tornou-se irrelevante (Marcus, 1961). São exemplos de descrições definidas que passaram a ser usadas como nomes próprios: “a Cidade Luz” (Paris), “o Sábio de Concord” (Thoreau) e a “Estrela Matutina” (Vênus). Este último exemplo é particularmente interessante, já que Vênus não é uma estrela, mas um planeta.

Entretanto, afirma Donnellan (1968), isso seria um erro. Descrições “ossificadas” diferem de descrições usadas referencialmente. Primeiro, a matriz da descrição não desempenha nenhum papel. Alguém pode usar a descrição “a Cidade Luz” para se referir a Paris, sem ter a menor ideia do que a palavra “luz” significa em “a Cidade Luz” ou pensando que ela significa algo diferente do que ela inicialmente significava (por exemplo, que “luz” refere-se à iluminação da cidade e não ao movimento iluminista).

Além disso, a referência de uma descrição ossificada não depende das intenções do falante. Se nós dissermos: “Jones casou-se na Cidade Luz”, expressarmos a proposição que Jones casou-se em Paris, mesmo que acreditemos que a Cidade Luz é Las Vegas, Nevada. Descrições ossificadas, portanto, assemelham-se mais a nomes próprios; enquanto que descrições definidas usadas referencialmente são como demonstrativos simples, ou seja, como expressões indexicais.

Apesar de intuitiva e atraente, a crítica de Donnellan à teoria de Russell foi recebida com desconfiança por vários filósofos. MacKay foi um dos primeiros críticos da distinção entre usos referencial e atributivo de descrições definidas.

MacKay (1968) começa seu artigo perguntando-se como devemos caracterizar a noção de referência. Uma possível resposta é que fazer referência a uma pessoa ou objeto é o mesmo que tornar conhecido (*making known*) para um ouvinte de quem ou do que estamos falando (p. 197). Entretanto, essa resposta é aceitável? Segundo MacKay, não é. Fazer referência a b não pode ser identificado com tornar conhecido para um ouvinte que estamos falando de b. Mas por que não? Pela seguinte razão: essa identificação faria a questão da referência depender demais do ouvinte, em detrimento do que foi dito. Considere (9).

(9) Jones é louco.

De acordo com essa resposta, se eu proferir (9) com a intenção de comunicar algo a uma pessoa sentada ao meu lado, mas ela não escutar ou não compreender o que eu proferi, então eu não me referi a Jones. No entanto, isso não parece correto. De acordo com MacKay, quando uma pessoa profere (9), ela pode se referir a Jones, mesmo que não haja ninguém presente.

Outra resposta possível é que fazer referência a uma pessoa ou objeto é o mesmo que tornar conhecível (*making knowable*) para um ouvinte de quem ou do que estamos falando (MacKay, 1968, p. 197). No entanto, essa resposta também não é inteiramente aceitável, pois, há, argumenta MacKay, outras formas de tornar conhecível que não são referir. Portanto, seria melhor dizer que fazer referência a b é uma maneira, entre outras possíveis, de tornar conhecível para o ouvinte que estamos falando de b. O que seria um caso no qual tornar conhecível para um

ouvinte que estamos falando de b e fazer referência a b não são a mesma coisa? Considere o seguinte caso.

Suppose the throne is occupied by a man I firmly believe to be not the king, but a usurper. Imagine also that his followers as firmly believe that he is the king. Suppose I wish to see this man. I might say to his minions, ‘Is the king in his countinghouse?’ I succeed in referring to the man I wish to refer to without myself believing he fits the description. (Donnellan, 1966/1998, p. 181)

Já sabemos como Donnellan explicaria o caso acima. Segundo ele, o falante usou a descrição “the king” para fazer referência a uma pessoa particular, apesar dela não satisfazer a descrição empregada. Em termos gerais, para Donnellan, é possível usar uma descrição “the F” para fazer referência a uma pessoa particular, mesmo quando a pessoa em questão não é, de fato, um F.

MacKay vê a questão de forma diferente. Para ele, o falante não fez referência ao suposto usurpador. Todavia, o falante foi bem sucedido em tornar conhecível, para o ouvinte, sobre quem ele estava falando. Não importa que ele tenha usado uma descrição incorreta.

No caso de descrições definidas, o que significa então fazer referência? A resposta de MacKay é:

Referring is making knowable what we are talking about by way of using an expression which correctly describes the object in question. . . . If the description does not fit . . . the speaker has failed to refer, notwithstanding the fact that he may have succeeded, by other means, in making knowable what he was talking about. (1968, p. 198)

Até agora, a explicação de MacKay pode ser entendida apenas como uma alternativa à de Donnellan. Ele não apresentou uma boa razão para se preferir o seu relato ao de Donnellan. Será a divergência dos dois filósofos não substantiva, mas apenas verbal?

Contra a concepção de Donnellan, MacKay distingue quatro elementos importantes para uma teoria da referência:

- (1) as intenções do falante,
- (2) a expressão referencial ostensiva usada,
- (3) o objeto ao qual o falante pretende fazer referência e
- (4) o ouvinte ou os ouvintes.

O problema com a teoria de Donnellan, diz MacKay, é que ela exagera na importância de (1) e (4), enquanto que releva o papel de (2).

Segundo Mackay, a teoria de Donnellan pode ser resumida como se segue. Não importa a descrição empregada pelo falante, se ele pretende fazer referência a determinada pessoa e se o ouvinte é capaz de identificar a pessoa de quem ele quer falar, então o falante, de fato, fez referência à pessoa em questão.

Para ilustrar sua crítica, Mackay cita um trecho do livro de Lewis Carroll (cf. Mackay, 1968, p. 200). Em meio a um diálogo, Humpty Dumpty diz à Alice: “When I use a word . . . it means just what I choose it to mean”. Para Mackay, esse trecho exemplifica uma concepção linguística na qual a dimensão convencional da linguagem é deixada de lado e o que é dito depende inteiramente das intenções do falante em cada ocasião.

Essa teoria da referência parece inaceitável. Porém, pensa MacKay, essa concepção de referência é a defendida por Donnellan. Assim, para ambos Humpty Dumpty e Donnellan não há diferença entre fazer referência e intentar fazer referência, essas duas coisas tornam-se idênticas. Ele escreve: “Donnellan, it seems to me, gives a Humpty Dumpty account of referring. He tends to collapse referring into intending to refer” (Mackay, 1968, p. 200).

Entretanto, se a teoria de Donnellan envolve algo tão absurdo, por que não percebemos isso? Porque, afirma MacKay, os exemplos de Donnellan não envolvem descrições absurdas, mas aquilo que podemos chamar de “erros por pouco” (*near-misses*). Se no lugar da descrição “the king” o falante tivesse usado “the janitor”, ninguém saberia que ele estava se referindo ao usurpador (a menos,

é claro, que ele estivesse sendo irônico e que o ouvinte fosse capaz de perceber isso).

Imagine a seguinte situação. Em cima de uma mesa há um livro e uma rocha. Uma pessoa que sabe pouquíssimo inglês aponta para o livro e diz:

(10) Bring me the rock on the table.

A pessoa em questão fez referência ao livro em cima da mesa? Para MacKay, a resposta é não. No entanto, frente ao exemplo (10), Donnellan seria forçado a responder que sim.

O problema, pensa MacKay, é que alguém que aceita que em (10) foi feita referência ao livro - e não à rocha - está se comprometendo com a teoria da referência de Humpty Dumpty. Se é possível fazer referência a um determinado livro com a descrição “the rock”, então é possível fazer referência ao livro com qualquer descrição e o significado (convencional) da descrição torna-se de nenhuma importância. Pelo menos no caso de descrições, não haveria distinção entre fazer referência a uma pessoa e intentar fazer referência a ela.

MacKay resume suas ideias da seguinte forma:

The moral of this is that if we get away from this ‘restricted’ view of referring, to the wider view that referring is just (somehow) making knowable what one is talking about, then we are no longer in Russell ball park. We are not revising or correcting his account, nor are showing where it went wrong – we have merely changed the question; because, on this Humpty Dumpty view of referring, no specific problem about definite descriptions can even arise. (1968, pp. 201-202)

A conclusão de MacKay, num sentido geral, antecipa um ponto importante da crítica de Grice (1969/1998) e de Kripke (1977/1998) a Donnellan. A ideia é que, apesar das aparências, o uso referencial de descrições definidas não contradiz a teoria de Russell. Num sentido importante, Russell e Donnellan estão falando sobre coisas diferentes. Para MacKay o uso “referencial” apontado por Donnellan não é, estritamente, um uso referencial. Ou melhor, ele pode ser considerado referencial apenas se aceitarmos a teoria Humpty Dumpty da referência, mas essa teoria, como vimos, é absurda.

2. 3

Grice e a teoria das implicaturas conversacionais

Em Grice (1991), o autor apresenta e desenvolve sua teoria de implicaturas conversacionais. A noção de implicatura conversacional desempenhará um papel central nesta tese. Por isso, antes de continuarmos nossa discussão sobre a semântica de descrições, dedicaremos algumas páginas à teoria das implicaturas conversacionais de Grice e examinaremos duas aplicações filosóficas dessa teoria.

Numa primeira aproximação, diremos que uma implicatura conversacional é aquilo que o falante, ao proferir uma frase, implica, sugere ou quer dizer, mas que (em geral) não faz parte do que é dito.

Considere o exemplo a seguir.

Jones: "Você sabe as horas?"

Smith: "Meu relógio não está funcionando."

Em certo sentido, Smith não disse que ele não sabe que horas são. Ele disse apenas que seu relógio não está funcionando. No entanto, ao fazer isso, é natural pensar que ele também implicou⁴ (conversacionalmente) que não sabe que horas são.

O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

Em geral, uma conversa não é uma sucessão de proferimentos desconectados uns dos outros. Falantes e ouvintes assumem que há um propósito comum ou, pelo menos, uma direção comum em cada conversa. Além disso, eles

⁴ Grice emprega o verbo "implicar" como um termo geral, a fim de não ter que escolher, em cada caso, entre os verbos implicar e seus correlatos (p. ex., "sugerir", "querer dizer", etc.) (Grice, 1991, p. 24).

agem de modo cooperativo e esperam que os demais ajam do mesmo modo. Em outras palavras, falantes e ouvintes são guiados pelo que Grice chamou de Princípio da Cooperação: "No momento apropriado, diga aquilo que é requerido pelo propósito ou pela direção da conversa em que você está participando" (Grice, 1975/1991 p. 26).

MÁXIMAS CONVERSACIONAIS

Além do princípio da cooperação, Grice enuncia uma série de máximas conversacionais. Inspirando-se em Kant, ele divide as máximas em quatro categorias: Quantidade, Qualidade, Relação e Modo. (Grice, 1975/1991, pp. 26-27). Elas são apresentadas da seguinte forma.

Quantidade:

Seja tão informativo quanto for necessário.

Não seja mais informativo do que for necessário. (Grice, 1991, p. 26)

Qualidade:

Tente dizer a verdade.

Não diga o que você acredita ser falso.

Não diga o que você não tem evidência.

Relação:

Seja relevante.

Modo:

Seja claro.

Evite expressões ambíguas ou obscuras.

Busque ordem e brevidade.

Embora as máximas não sejam apresentadas de forma hierárquica, Grice argumenta que nem todas elas têm a mesma importância. Por exemplo, ser mais informativo do que necessário é, em geral, pior do que dizer aquilo que você acredita ser falso. Portanto, o cumprimento da máxima da qualidade é, em geral, mais importante do que o cumprimento da máxima da quantidade.

Além disso, é importante notar que a lista acima não é exaustiva. Sem dúvida, poderíamos mencionar outras máximas como, por exemplo, "seja educado". Tais máximas não foram incluídas por não estarem relacionadas "à eficiência na troca de informações" (Grice, 1975/1991, p. 28).

IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS: CARACTERIZAÇÃO

De acordo com Grice, há uma série de condições que devem ser obedecidas para que possamos afirmar que uma pessoa implicou uma proposição:

Diremos que uma pessoa, ao afirmar que p, implicou que q, se: (a) ela observou as máximas conversacionais ou, pelo menos, o princípio da cooperação, (b) a suposição de que ela acredita que q era necessária (*required*) a fim de tornar p compatível com a presunção que ela está sendo cooperativa e (c) ela acredita que o ouvinte é capaz de concluir ou de perceber (*work out or grasp intuitively*) que a suposição em (b) é exigida (e ela espera que o ouvinte reconheça isso). (Grice, 1975/1991, pp. 30-31)

Portanto, implicaturas conversacionais também podem ser vistas como aquilo que o ouvinte deve presumir a fim de manter a suposição de que as máximas conversacionais ou, pelo menos, o princípio da cooperação estão sendo respeitados.

CLASSIFICANDO IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS (1)

Grice classifica as implicaturas conversacionais de duas formas diferentes. A primeira delas diz respeito à relação que o falante mantém com as máximas. Aqui, ele distingue três casos: (A) o falante não viola nenhuma máxima, (B) o falante viola uma máxima a fim de preservar o cumprimento de outra(s) máxima(s) e (C) o falante abertamente viola (*flout*) uma máxima. Considere o seguinte exemplo.

(A) Jones: "Estou sem combustível."

Smith: "Há um posto de gasolina depois da esquina."

De acordo com Grice, Smith implicou “que o posto de gasolina em questão está aberto ou pode estar aberto”. Prova disso vem do fato de que podemos “derivar” essa proposição fazendo uso de princípios conversacionais e fatos acerca do contexto de proferimento. Grice esboça a seguinte derivação. Não há razão para se pensar que Smith não esteja sendo cooperativo. Entretanto, a fim de preservar a suposição de que a resposta de Smith é relevante (isto é, que ela está de acordo com a máxima da relação), Jones deve assumir que Smith acredita que o posto está ou, pelo menos, pode estar aberto. Em outras palavras, ao dizer que há um posto de gasolina depois da esquina, Smith estaria violando a máxima da relação se ele não acreditasse que o posto está ou, pelo menos, pode estar aberto. Logo, Smith implicou que o posto está ou, pelo menos, pode estar aberto.

Considere, agora, o seguinte exemplo.

(B) Jones: "Você sabe onde Pierre mora?"

Smith: "Em algum lugar no sul da França."

De acordo com Grice, Smith, no diálogo acima, implicou “que ele não sabe exatamente onde Pierre mora”. Eis a derivação de Grice: a resposta de Smith viola

a máxima da quantidade ("Seja tão informativo quanto for necessário") e ele sabe disso. Como não há razão para se supor que Smith não esteja cooperando, a única forma de explicar seu comportamento é supor que ele violou a máxima da quantidade a fim de preservar outra máxima, a saber, a máxima da qualidade ("Não diga o que você não tem evidência").

Considere, por fim, o seguinte exemplo. Suponha que Smith foi o professor de grego de Brown.

(C) Jones: "Em sua opinião, Brown sabe grego?"

Smith: "Bem, ele conhece o alfabeto (grego)."

É fácil ver que Smith implicou que Brown sabe pouco (ou nenhum) grego. A derivação dada por Grice seguiria as seguintes linhas. Smith violou ostensivamente a máxima da quantidade. Não há dúvida de que, se quisesse, ele poderia ter sido mais informativo (afinal, Brown foi seu aluno). Além disso, Smith sabe que, para responder satisfatoriamente à pergunta de Jones, seria preciso que ele fosse mais informativo. Dessa forma, é provável que Smith quisesse comunicar (indiretamente) algo que ele não desejava dizer. Uma forma de manter essa suposição é pensar que Smith acredita que Brown sabe pouco (ou nenhum) grego e que era isso que ele queria comunicar.

CLASSIFICANDO IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS (2)

A outra forma de classificar as máximas diz respeito à relação que as máximas mantêm com o contexto de proferimento. Até agora, todos os exemplos apresentados representam aquilo que Grice chamou de implicaturas conversacionais particularizadas, ou seja, implicaturas que estão estritamente ligadas ao seu contexto de proferimento. Entretanto, há também implicaturas conversacionais generalizadas. Estas são implicaturas que, exceto em circunstâncias especiais, acompanham o uso de certas expressões.

Considere, por exemplo, expressões da forma "um (a) F". Em geral, um proferimento de "Encontrei um telefone celular/uma chave/uma carteira, etc. debaixo do sofá" implicará que o telefone celular/a chave/a carteira, etc. não pertence(m) ao falante. Em termos gerais, a razão para isso é que se o telefone celular/a chave/a carteira, etc. em questão pertencesse(m) ao falante, esperaríamos que ele fosse mais informativo e proferisse algo como, por exemplo: "Encontrei meu telefone celular/minha chave/minha carteira, etc. debaixo do sofá".

Além de expressões da forma "um (a) F", implicaturas conversacionais generalizadas também estão associadas a verbos (p. ex., "parecer") quantificadores (p.ex., "algum", "quase todos") e palavras "lógicas" (p. ex., "ou").

IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS E SUAS PROPRIEDADES

Há várias propriedades que estão regularmente associadas a implicaturas conversacionais. Embora estas propriedades não sejam "infalíveis", elas podem ser muito úteis na identificação de implicaturas conversacionais. A seguir, veremos as principais propriedades de implicaturas conversacionais identificadas por Grice.

Implicaturas conversacionais são canceláveis (*defeasible*), isto é, elas podem ser negadas sem contrariar aquilo que foi dito. Assim, se um proferimento de *p* implica conversacionalmente que *q*, então deve ser possível acrescentar ao proferimento algo como "mas não *q*" ou "Eu não quis dizer que *q*" sem, com isso, contradizer *p*. Por exemplo, em (A), Smith implicou que ele acredita que o posto está ou, pelo menos, pode estar aberto. Entretanto, (se quisesse) ele poderia cancelar a implicatura dizendo: "Há um posto de gasolina depois da esquina, mas não acredito que ele esteja aberto".

Implicaturas são inseparáveis (*nondetachable*) daquilo que é afirmado, isto é, "qualquer outra forma de fazer, num mesmo contexto de proferimento, a mesma afirmação . . . envolveria a mesma implicação" (Grice, 1975/1991, p. 39). Em outras palavras, implicaturas estão ligadas ao que é dito e não à maneira como algo é dito. Considere as seguintes frases: "A maioria dos meus amigos joga xadrez", "A maior parte dos meus amigos joga xadrez" e "Mais da metade dos

meus amigos joga xadrez”. Cada uma das frases acima significa a mesma coisa (ou, aproximadamente, a mesma coisa) e, como era de se esperar, cada uma delas implica conversacionalmente a mesma coisa, a saber: que nem todos os meus amigos jogam xadrez.

Infelizmente, nem todas as implicaturas conversacionais são inseparáveis. As implicaturas derivadas pela máxima do modo, por exemplo, são separáveis (Grice, 1978/1991, p. 43). Apesar de “Smith costuma dançar” e “Smith costuma mover o corpo de forma ritmada, ao som de uma música” significarem o mesmo (ou aproximadamente o mesmo), a segunda frase implica algo que a primeira não implica, a saber: que Smith é um péssimo dançarino. Além disso, não apenas implicaturas conversacionais são inseparáveis, mas também pressuposições e implicações lógicas (*entailments*) também inseparáveis (Grice, 1978/1991, pp. 43-44).

Implicaturas são calculáveis. Isso quer dizer que se um proferimento de p implicou conversacionalmente que q, então deve ser possível, a partir de p, derivar (*work out*) q por meio de um argumento. Caso contrário, não se trata de uma implicatura conversacional. A fim de derivar uma implicatura, o ouvinte deve levar em consideração: (1) o significado convencional das palavras empregadas pelo falante, (2) a referência de nomes próprios, expressões indexicais, etc., (3) o princípio da cooperação e as máximas conversacionais, (4) o contexto do proferimento, (5) o conhecimento comum (*background knowledge*) e (6) a suposição de que falantes e ouvintes tem acessos aos itens (1) - (5) ou, pelo menos, que eles acreditam nisso.

Grice propõe o seguinte “modelo” para calcular uma implicatura:

Ele [o falante] disse que p. Não há razão para supor que ele não esteja obedecendo às máximas ou, pelo menos, ao princípio da cooperação. Ele não faria isso, a menos que pensasse que q. Ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que eu posso perceber que a suposição que ele pensa que q é exigida. Ele não tentou me impedir de pensar que q. Assim, ele quer que eu pense, ou, pelo menos, está disposto a deixar que eu pense que q. Portanto, ele implicou que q. (Grice, 1975/1991, p. 31)

Implicaturas conversacionais são não convencionais, isto é, aquilo que implicado pelo uso de uma expressão não faz, em geral, parte de seu significado. Por isso, é possível dizer algo falso e ainda assim implicar algo verdadeiro (e vice-versa). Considere novamente o exemplo abaixo.

Jones: "Você sabe as horas?"

Smith: "Meu relógio não está funcionando."

Vamos supor que o relógio de Smith voltou a funcionar sem que ele percebesse. Nesse caso, ele disse algo falso (pois seu relógio voltou a funcionar), mas implicou algo verdadeiro: que ele não sabe que horas são.

A qualificação "em geral" é importante, pois há casos em que aquilo que é implicado conversacionalmente faz parte do que é dito. Considere o seguinte exemplo.

Jones: "Ninguém com menos de 19 anos publicou no *JSL*."

Smith: "Não é verdade. Kripke publicou no *JSL* quando tinha 18 anos."

Nesse caso, Smith implicou conversacionalmente "que pelo menos uma pessoa com menos de 19 anos publicou no *JSL*". Entretanto, nesse caso, o que ele implicou também faz parte do que ele disse (Bach, 2006, pp. 26-27).

Implicaturas conversacionais são indeterminadas. Com isso, queremos dizer que um proferimento de uma frase, num determinado contexto, pode implicar um número indeterminado de proposições (mesmo que a frase em questão expresse apenas uma única proposição). Grice escreve:

Como calcular uma implicatura conversacional é calcular aquilo que deve se supor para preservar a suposição de que o princípio está sendo observado e como pode haver várias explicações possíveis, uma lista das quais poderia ser aberta, o

implicatum terá exatamente o tipo de indeterminação que muitas *implicata* reais parecem possuir de fato. (1975/1991, pp. 39-40)

Considere o seguinte exemplo. Smith, referindo-se à sua esposa, diz: "You are the cream in my coffee" (Grice, 1975/1991, p. 34). Tomada literalmente, a proposição será obviamente falsa. Entretanto, supondo que Smith está cooperando, o ouvinte assumirá que Smith está atribuindo à sua esposa pelo menos uma das características que, de alguma forma, atribuiríamos (ou que ele atribuiria ao creme em seu café). Dessa forma, alguém poderia supor que Smith quis dizer que ele aprecia muito sua esposa. Entretanto, alguém que sabe que Smith sofre de alergia ao leite e a seus derivados poderia supor que Smith quis dizer que ele tem aversão à sua esposa. E assim por diante. Portanto, há, em geral, um número indefinido de proposições que o falante poderia ter implicado e que seriam compatíveis com a suposição que ele está cooperando.

Podemos reforçar (*reinforce*) uma implicatura, ou seja, podemos tornar explícito aquilo que era apenas implicado pelo proferimento, sem torná-lo redundante. Por exemplo, um proferimento de "alguns atletas fumam" implica (na ausência de circunstâncias especiais) que nem todo atleta fuma. Porém, se desejássemos tornar explícito aquilo que é implicado, poderíamos fazer isso dizendo "alguns atletas fumam, mas nem todos", sem com isso tornar o proferimento redundante (Davis, 2010).

Por fim, como implicaturas resultam de considerações acerca de comportamentos e de expectativas racionais, elas são universais (Levinson, 1985, p. 121). Em outras palavras, as mesmas implicaturas ocorrem em línguas distintas e não relacionadas. Por exemplo, quando uma pessoa diz, em português, "alguns filósofos sabem grego", ela implica (na ausência de circunstâncias especiais) que "alguns filósofos não sabem grego". Entretanto, a mesma implicatura ocorre em línguas tão variadas como o inglês, o árabe, o catalão, o chinês, o grego moderno, o caxemí⁵ e o malgaxe⁶ (Huang, 2006, pp. 34-35).

⁵ Língua falada na Índia e no Paquistão.

⁶ Língua falada em Madagascar e ilhas próximas.

A relação entre lógica e linguagens naturais é assunto controverso em filosofia. Alguns autores sustentam que há importantes diferenças entre o significado dos termos lógicos e o significado de suas contrapartes nas linguagens naturais. Ryle, por exemplo, afirma o seguinte.

É preciso fazer uma retificação. Falei como se os nossos correntes "e", "ou", "se", "todos", "alguns", etc. fossem idênticos às constantes lógicas com que opera o lógico formal. Mas isso não é verdade. Os "e", "não", "todos", "alguns", etc. do lógico não são os nossos conhecidos termos civis; são termos alistados, isto é, uniformizados e sob disciplina militar, com lembranças, de fato, de sua vida civil anterior, mais livre e mais agradável, embora não estejam vivendo agora essa vida. (Ryle, 1993, pp. 187-188)

A seguir, vamos examinar duas aplicações da teoria de Grice à relação entre lógica e linguagens naturais. A primeira diz respeito à conjunção e a segunda, à disjunção. A ideia geral é que várias divergências entre, de um lado, a conjunção e a disjunção da lógica e, de outro, suas contrapartes nas linguagens naturais devem ser explicadas em termos de implicaturas conversacionais. Alegações em contrário, pensa Grice, resultam de desatenção à "natureza e importância das condições que governam as conversações". (1975/1991, p. 24)

CONJUNÇÃO "E"

Strawson (1952, p. 80) e Ryle (1993, p. 188) observam que a conjunção "&" é sempre usada de forma comutativa (i.e., "p & q" sempre afirma o mesmo que "q & p"), enquanto que a conjunção "e" admite usos não comutativos. Considere "Sócrates casou-se com Xantipa e teve um filho com ela" e "Sócrates teve um filho com Xantipa e casou-se com ela". No primeiro caso, afirmar-se-ia "que Sócrates casou-se com Xantipa e então teve um filho com ela" e no segundo caso, "que Sócrates teve um filho com Xantipa e então se casou com ela". Isso só seria possível, pensam eles, se a conjunção "e" não significasse a mesma coisa que a conjunção "&".

Grice (1981, pp. 185-187), entretanto, defende que a implicação de ordem associada à conjunção "e" não faz parte do seu significado e que, portanto, exemplos como os anteriores não refutariam a tese de que a conjunção "e"

significa o mesmo que a conjunção "&". Para ele, "Sócrates casou-se com Xantipa e teve um filho com ela" e "Sócrates teve um filho com Xantipa e casou-se com ela" significam a mesma coisa, embora cada uma delas implique (conversacionalmente) diferentes proposições.

Há várias razões para se pensar isso. Em primeiro lugar, a implicação de ordem pode ser explicitamente cancelada. Quando digo "Sócrates casou-se com Xantipa e teve um filho com ela. Infelizmente, não sei o que aconteceu primeiro", eu não implico que Sócrates casou-se com Xantipa antes de ter um filho com ela. Isso corrobora a ideia de que a implicação de ordem faz parte do seu significado da conjunção "e".

Em segundo lugar, a implicação de ordem temporal surge mesmo quando a conjunção "e" é substituída pelo ponto final. Proferimentos como "Sócrates casou-se com Xantipa. Ele teve um filho com ela" e "Sócrates casou-se com Xantipa e teve um filho com ela" implicam ambos que Sócrates casou-se com Xantipa antes de ter um filho com ela. Isso sugere que a implicação de ordem está associada a princípios conversacionais e não ao significado da conjunção "e".

Por fim, a implicação de ordem pode ser derivada da conjunção (comutativa) "e" por meio de máximas conversacionais. Baseando-nos em Grice (1975/1991, p. 31), poderíamos oferecer a seguinte derivação. Ele disse que "Sócrates casou-se com Xantipa e (&) teve um filho com ela". Não há razão para se pensar que ele não esteja observando as máximas ou, pelo menos, o princípio da cooperação. Ora, ele não teria dito que "Sócrates casou-se com Xantipa e teve um filho com ela" (nessa ordem), a menos que ele pensasse que Sócrates casou-se com Xantipa antes de ter um filho com ela (afinal, ele estaria desrespeitando a máxima do modo se não o fizesse). Ele acredita que eu posso perceber que ele não teria dito que "Sócrates casou-se com Xantipa e teve um filho com ela" a não ser que ele pensasse que Sócrates casou-se com Xantipa antes de ter um filho com ela. Ele não fez nada para me impedir de pensar que Sócrates casou-se com Xantipa antes de ter um filho com ela. Logo, ele implicou que Sócrates casou-se com Xantipa antes de ter um filho com ela.

Portanto, a implicação de ordem associada à conjunção "e" surge da presunção de que o falante está observando a máxima do modo ("busque ordem").

Nesse caso, o ouvinte presume que, a menos que haja razão para se pensar diferente, ao narrar eventos (que Sócrates casou-se com Xantipa, que Sócrates teve um filho com Xantipa, etc.), o falante os narra na ordem em que eles aconteceram, pois ele estaria descumprindo a máxima do modo se não o fizesse.

Concluimos que as considerações de Grice acerca da conjunção "e" são melhores do que as de Strawson. Grice (1978/1991, pp. 47-48) introduz um princípio chamado de “Navalha de Occam Modificada”. O princípio estabelece que “sentidos [i.e., significados] não devem ser multiplicados além do necessário”. Em outras palavras, não devemos defender a existência de outros sentidos a não ser que existam fortes motivações teóricas e intuitivas para fazê-lo.

Assim, a existência de um sentido não comutativo da conjunção "e" ("e" = "e então") violaria a Navalha de Occam Modificada. Tudo o que pode ser explicado com o sentido não comutativo da conjunção "e" pode ser explicado sem ele, ou seja, por meio de princípios conversacionais (implicatura de modo). Desse modo, a existência de um sentido não comutativo da conjunção "e" seria supérfluo.

Além disso, as considerações de Grice são mais gerais, isto é, têm maior poder explicativo que as considerações de Strawson. Além de explicar a implicação de ordem associada à conjunção "e", as considerações de Grice são capazes de explicar outros fenômenos, aos quais as considerações de Strawson não se aplicam. Por exemplo, a implicatura de modo também explica a implicação de ordem em casos como "p. q" (ou seja, casos nos quais as frases estão separadas pelo ponto final). Aqui, não podemos recorrer a um (suposto) sentido não comutativo da disjunção "e".

DISJUNÇÃO "OU"

Strawson (1952) também se recusa a identificar a disjunção "ou" e a disjunção "v". Ele argumenta que quando uma pessoa usa a disjunção "ou", há uma implicação de que ela não sabe qual das disjuntivas é verdadeira (ou falsa). Assim, quando Smith profere "Minha esposa está na cozinha ou no quarto de dormir", haveria uma implicação de que Smith não sabe em qual dos cômodos a

esposa dele está. Porém, quando alguém usa a disjunção "v", não haveria essa implicação (1952, p. 91).

Como no caso da conjunção, Grice (1978/1991, pp. 44-5) defende que a implicação de ignorância associada à disjunção "ou" não faz parte do seu significado e que, portanto, o argumento acima não refutaria a tese de que a conjunção "ou" significa o mesmo que a conjunção "v". Para ele, "Minha esposa está na cozinha ou no quarto de dormir" e "Minha esposa está na cozinha v minha esposa está no quarto de dormir" significam a mesma coisa, embora a primeira implique conversacionalmente que o falante não sabe em qual dos dois cômodos a esposa dele está.

Note, em primeiro lugar, que a implicação de ignorância pode ser explicitamente cancelada. Se digo a uma criança no dia do seu aniversário: "Escondi seu presente na sala ou no quarto de dormir" e, em seguida, "Direi onde ele está apenas na hora do bolo", cancelo qualquer implicação de que não sei em qual dos cômodos o presente está.

Além disso, a implicação de que o falante não sabe qual das disjuntivas é verdadeira pode ser explicada recorrendo-se apenas a princípios conversacionais. Ao proferir uma frase da forma "p ou q", o falante estaria descumprindo a máxima da quantidade ("seja tão informativo quanto for necessário") se ele soubesse qual das disjuntivas é verdadeira (ou soubesse que as duas disjuntivas são verdadeiras). Afinal, "p", "q" e "p e q" são mais informativas que "p ou q". Ambos falante e ouvinte sabem disso. Como não há razão para se pensar que o falante esteja descumprindo a máxima da quantidade, o ouvinte infere que o falante não sabe qual das disjuntivas é verdadeira.

Portanto, a implicação associada ao uso da disjunção "ou" (que o falante não sabe qual das disjuntivas é verdadeira) é, de fato, uma implicação conversacional. E do fato de que uma implicação conversacional está ligada à disjunção "ou", mas não a disjunção "v" não se segue que elas não significam o mesmo.

Há também outra razão para se supor que a disjunção "ou" não significa o mesmo que a disjunção "v". Considere o seguinte argumento. A disjunção "p ou q" possui dois sentidos diferentes. No sentido inclusivo, "p ou q" será verdadeira

se pelo menos uma das disjuntivas for verdadeira. No sentido exclusivo, "p ou q" será verdadeira se no máximo uma das disjuntivas for verdadeira. Entretanto, atribui-se à disjunção "p v q" um único sentido (em geral, o sentido inclusivo). Logo "p ou q" não significa o mesmo que "p v q".

Exemplos do uso inclusivo da disjunção abundam. Intuitivamente, diríamos que "Jones está doente ou Smith está ausente" será verdadeira se (i) Jones estiver doente, se (ii) Smith estiver ausente ou se (iii) Jones estiver doente e Smith estiver ausente.

Entretanto, o que dizer do uso exclusivo da disjunção? De acordo com Quine, "tais exemplos são raros, mas eles existem" (1961, p. 4). Suponhamos que uma criança pergunte ao pai se eles irão à praia e ao cinema. Num tom de recusa, o pai responde: "Iremos à praia ou ao cinema". Aqui, afirma Quine, o que o pai disse será verdadeiro se (i) eles forem à praia ou se (ii) eles forem ao cinema, mas será falso se eles forem à praia e ao cinema.

É importante notar que, para Grice, o uso exclusivo da disjunção pode ser derivado do sentido inclusivo, por meio de princípios conversacionais. Considere a seguinte derivação. O pai disse que eles irão à praia ou ao cinema (p). Não há razão para se supor que ele esteja descumprindo a qualquer uma das máximas ou ao princípio da cooperação. Ele não teria dito que "p" a menos que ele pensasse que eles não iriam à praia e ao cinema (q). (Afinal, ele estaria desrespeitando a máxima da quantidade – “seja tão informativo quanto for necessário” - se ele acreditasse que eles iriam à praia e ao cinema e ainda assim dissesse que "p"). O pai sabe (e sabe que a criança sabe que ele sabe) que a criança é capaz de perceber isso. O pai não fez nada para impedir que a criança pensasse que q. Logo, ele quer que a criança pense que q ou está disposto a deixá-la pensar que q. Portanto, o pai implicou que q.

Além disso, se a disjunção "ou" fosse ambígua, deveriam existir outra(s) língua(s) onde essa ambiguidade fosse "resolvida" (i.e., deveria existir uma palavra – ou expressão - para o sentido inclusivo e outra para o sentido exclusivo). Entretanto, parece que tal língua não existe. É verdade que há línguas onde a disjunção é representada por dois itens lexicais ("aut" e "vel" do latim, por exemplo). Entretanto, mesmo nessas línguas, ambos itens lexicais admitem usos

inclusivos e exclusivos (Chierchia, 2003, p. 255; Jennings & Hartline, 2009). Portanto, a universalidade do uso exclusivo sugere que ele é uma implicatura conversacional associada à disjunção "ou" e não um sentido distinto.

2. 4

Kripke, referência semântica e referência do falante: uma defesa pragmática da teoria de Russell

Munidos da teoria de Grice, podemos agora retomar nossa investigação da teoria de Russell e da natureza da distinção de Donnellan. Provavelmente, o mais importante crítico da distinção referencial-atributivo foi Kripke. Kripke (1977/1998) defende que as considerações de Donnellan não refutam a teoria de Russell. Além disso, ele defende que há uma série de razões metodológicas para se preferir a teoria de Russell à de Donnellan.

Começaremos examinando a noção de ambiguidade “pragmática” proposta por Donnellan. Normalmente, falamos em ambiguidades estruturais (ou sintáticas) e em ambiguidades lexicais. Ambiguidades estruturais são ambiguidades sintáticas. Elas acontecem quando uma frase pode ser interpretada de formas diferentes, dependendo do escopo de uma certa expressão. Ambiguidades lexicais são semânticas. Elas acontecem quando uma mesma expressão está associada a dois ou mais significados.

A frase “A metade de dois mais um é igual a dois” é estruturalmente ambígua. Ela pode ser usada para expressar a proposição que “ $2/2 + 1 = 2$ ” ou para expressar a proposição que “ $(2+1) / 2 = 2$ ”. No primeiro caso, teremos uma proposição verdadeira. No segundo, uma proposição falsa. Devemos notar que, em princípio, nenhuma das expressões de “A metade de dois mais um é igual a dois” possui mais de um significado. O problema encontra-se no escopo da expressão “a metade de...”. Ele pode abranger tanto a expressão “dois mais um” quanto apenas “dois”; resultando, em cada caso, em diferentes proposições.

A situação é diferente no caso de ambiguidades lexicais. Considere, por exemplo, a frase: “O corpo de Smith foi encontrado perto de um banco”. O problema aqui não se encontra no escopo de uma expressão, mas na palavra “banco”. Essa palavra pode significar coisas diferentes. Ela pode, por exemplo, significar um objeto que usamos para nos sentar ou uma instituição financeira.

Donnellan (1966/1998, p. 186) afirma que a ambiguidade de (8), “o assassino de Smith é louco”, não é estrutural, pois seus exemplos são

sintaticamente idênticos. Ele também afirma que ela não é lexical, já que o significado das palavras parece o mesmo tanto no uso referencial, quanto no uso atributivo. Com alguma cautela, ele sugere que a ambiguidade entre usos referencial e atributivo é pragmática.

Kripke argumenta que Donnellan não é inteiramente coerente nesse ponto; pois, segundo ele, não há ambiguidades “pragmáticas”. Uma expressão ou é estruturalmente ambígua ou é lexicalmente ambígua. Kripke (1977/1998) escreve:

It is not ‘uses’, in some pragmatic sense, but *senses* of a sentence which can be analysed. If the sentence is *not* (syntactically or) semantically ambiguous, it has only *one* analysis; to say that it has two distinct analyses is to attribute a syntactic or semantic ambiguity to it. (p. 235)

Searle (1983) também se mostra insatisfeito com Donnellan nesse ponto. Ele escreve:

It is not clear at all, by the way, what a ‘pragmatic ambiguity’ is supposed to be. ‘I went to the bank’ is semantically ambiguous. ‘Flying planes can be dangerous’ is syntactically ambiguous. But what is a pragmatically ambiguity? Is ‘You are standing on my foot’ supposed to be pragmatically ambiguous because in some contexts its utterance can be more than just a statement of a fact? If so, then every sentence is indefinitely ‘pragmatically ambiguous’. (p. 150)

Na verdade, o que Donnellan quis dizer é que descrições definidas podem, às vezes, ser usadas de forma indexical e, às vezes, de forma não indexical (isto é, quantificacional). Colocado dessa forma, não há dúvida de que certas expressões podem desempenhar diferentes funções, em diferentes contextos. Considere dois casos envolvendo pronomes pessoais.

Primeiro caso: (Apontando para Jones) "Ele precisa de tratamento psiquiátrico."

Segundo caso: (Jones não está presente) "Jones é louco. Ele precisa de tratamento psiquiátrico."

No primeiro caso, o pronome está sendo usado de forma indexical. Nesse caso, a referência do pronome será determinada, entre outras coisas, pelas intenções comunicativas do falante, naquela ocasião. No segundo caso, o pronome

está sendo usado de forma anafórica. Nesse caso, a interpretação do pronome depende daquilo que foi mencionado anteriormente.

Apesar das diferenças, os exemplos acima não envolvem qualquer ambiguidade pragmática. Trata-se apenas de usos indexicais e não indexicais (anafóricos) do pronome pessoal.

De toda forma, não precisamos insistir nesse ponto. O próprio Donnellan em correspondência pessoal com Salmon (cf. Salmon, 2004) confirmou que a interpretação indexical era o que ele tinha em mente.

Suponha agora que desejamos saber se certa palavra *p* tem dois significados diferentes em português, ou em outra língua qualquer. Como poderemos sabê-lo? Kripke propõe dois testes.

Primeiro teste: podemos consultar nossas “intuições linguísticas”. Esperaríamos encontrar outra língua onde há duas palavras distintas para *p*? Segundo teste: podemos realizar uma investigação empírica. Seríamos capazes de identificar alguma língua estrangeira onde há duas palavras diferentes para *p*? Se ao menos uma das respostas for positiva, temos boas razões, pensa Kripke, para acreditar que *p* é ambígua em português.

Suponha, por exemplo, que desejamos saber se a palavra “manga” é ambígua em português. Primeiro, esperaríamos encontrar outra língua onde há duas palavras diferentes para “manga”? Muito provavelmente, sim. Não ficaríamos nem um pouco surpresos em saber que há duas palavras diferentes para “manga” numa outra língua.

Segundo, seríamos capazes de identificar alguma língua estrangeira onde há duas palavras diferentes para “manga”? Sim, com muita facilidade. Em inglês, por exemplo, teríamos “mango” para a fruta e “sleeve” para a parte da camisa onde se

coloca o braço. Vemos que a palavra portuguesa “manga” é bem sucedida nos dois testes apresentados por Kripke.

No que diz respeito às nossas intuições, o caso do artigo definido é semelhante ao da palavra “manga”? Para Kripke, claramente não. Ele escreve: “I at least would find it quite surprising to learn that, say Eskimo, used two separated words ‘the’ and ‘ze’, for the attributive and referential uses” (1977/1998, p. 245).

A maioria dos falantes de língua inglesa, pensa Kripke, também possui intuições unitárias em relação ao artigo definido. Eles ficariam surpresos ao saber que outras línguas fazem uma distinção lexical do artigo entre o seu uso referencial e o seu uso atributivo.

Devemos conceder que o primeiro teste é insatisfatório. Os trabalhos de Grice (1991) e Bach (2002) nos mostram que as intuições “semânticas” nem sempre são confiáveis (é muito fácil tomar como semântico algo que, de fato, não o é). Além disso, de acordo com Ludlow e Segal (2004), a maior parte das línguas conhecidas não possui (explicitamente) um item lexical que corresponde ao artigo definido. É fácil imaginar que os falantes de línguas que possuem o artigo definido ficariam surpresos ao descobrir esse fato.

O segundo teste parece mais promissor do que o primeiro. Se por meio de uma investigação empírica identificarmos uma ou mais línguas que façam uma distinção lexical (explícita) do artigo definido entre o seu uso referencial e o seu uso atributivo, então teremos boas razões para acreditar que o artigo possa ser ambíguo em inglês. Infelizmente, há poucas investigações nessas áreas e, em nossa opinião, elas não são exaustivas nem decisivas (cf. Larson & Segal, 1995; Amaral, 2008).

Outro ponto importante da argumentação de Kripke é o seguinte. Caso a distinção proposta por Donnellan não fosse semântica, apenas recorrer à existência de usos referenciais de descrições não seria suficiente para contradizer a teoria de Russell. Para examinar essa questão, Kripke propõe o seguinte teste:

If someone alleges that a certain linguistic phenomenon in English is a counterexample to a given analysis, consider a hypothetical language which (as much as possible) is like English except that the analysis is stipulated to be correct. Imagine such a hypothetical language introduced into a community and spoken by

it. If the phenomenon in question would still arise in a community that spoke such a hypothetical language (which may not be English), then the fact that it arises in English cannot disprove that the analysis is correct for English. (Kripke, 1977/1998, p. 239)

Kripke imagina uma variação do inglês atual. Podemos chamá-lo de “inglês de Russell” (uma tradução livre de *Russell language*). O inglês de Russell é, tanto quanto possível, como o inglês atual, exceto por um ponto. Nele, as condições de verdade de descrições definidas são exatamente aquelas “estipuladas” pela teoria de Russell. Assim, quando algum dos falantes do inglês de Russell afirma, por exemplo, “the king of Sweden is wise”, ele expressa a proposição que há apenas um rei da Suécia e ele é sábio.

Agora, imagine que, no julgamento de Jones, estivessem presentes apenas falantes do inglês de Russell e que, com a intenção de descrever o estranho comportamento do acusado, um deles afirmasse:

(11) The murderer of Smith is insane.

Nesse caso, ao proferir (11), o falante forçosamente expressou a proposição que há apenas um assassino de Smith e ele é louco. (Lembre-se: no inglês de Russell a semântica de descrições é dada pela teoria de Russell e apenas por ela).

Apesar das limitações do inglês de Russell, será que o falante em questão foi capaz de se referir a Jones? É claro que sim, afirma Kripke. Afinal, mesmo supondo que ele expressou uma proposição geral, os ouvintes seriam capazes de perceber que ele, ao proferir (11), estava querendo comunicar algo sobre Jones e não apenas sobre quem quer que tenha assassinado Smith.

O teste de Kripke nos mostra que o simples apelo ao uso não é suficiente para refutar a teoria de Russell. Afirmar que descrições são ambíguas porque elas às vezes são usadas referencialmente seria o mesmo que afirmar que quantificadores são ambíguos porque às vezes eles são usados referencialmente. Algo muito semelhante ao argumento de Kripke encontra-se em Grice

(1978/1991), mas usado para defender que disjunções possuem apenas significados includentes (embora possuam também ‘usos’ excludentes).

É muito importante para o argumento de Kripke não embaralhar as dimensões semântica e pragmática da linguagem. Em particular, é essencial não confundir aquilo que as palavras significam literalmente (semântica) com aquilo que elas podem comunicar numa determinada ocasião (pragmática) ⁷.

Fazendo uso de nomes próprios, Kripke oferece um argumento interessante contra a relevância semântica da distinção entre usos referencial e atributivo de descrições definidas. Considere o seguinte diálogo. Ele se passa entre duas pessoas, A e B, que veem Smith de longe e confundem-no com Jones.

A: “O que Jones está fazendo?”

B: “Limpando o gramado.”

No diálogo acima, parece razoável afirmar que os dois participantes fizeram referência a Smith (e não a Jones) e que se Smith estava limpando o gramado, então B comunicou algo verdadeiro sobre Smith (independentemente do que Jones fazia na ocasião). No entanto, sabemos que em português (ou em inglês) “Jones” designa Jones e não Smith. Isso quer dizer que o nome “Jones” é ambíguo? Claro que não, afirma Kripke. Tudo o que o exemplo mostra é que o falante pode usar uma expressão que se refere a um certo indivíduo para se referir a um outro indivíduo. Nada se segue sobre a semântica dessa expressão.

⁷ Tenho consciência das dificuldades teóricas em torno da distinção entre semântica e pragmática, bem como da ampla literatura em torno da distinção. No presente trabalho, entretanto, assumirei uma distinção entre semântica e pragmática de inspiração griciana, no sentido discutido no capítulo 1. Nisto, sigo a maior parte dos autores utilizados, que tampouco problematizam a distinção.

Como casos particulares da distinção griciana entre o que é dito e o que é implicado, Kripke introduz as noções de referência do falante e referência semântica.

If a speaker has a designator in his idiolect, certain conventions of his idiolect (given various facts about the world) determine the referent in the idiolect: that I call the *semantic referent* of the designator We may tentatively define the speaker's referent of a designator to be that object which the speaker wishes to talk about, on a given occasion, and believes fulfills the conditions for being the semantic referent of the designator. (1977/1998, pp. 237-238)

Como a distinção entre referência semântica e referência do falante pode explicar o caso Smith-Jones?

Em linhas gerais, a resposta é bem simples. Embora a referência semântica de “Jones” seja Jones, naquela ocasião, a referência do falante ao usar “Jones” não era Jones, mas Smith. Assim, temos um caso onde a referência semântica de uma determinada expressão e a referência do falante ao usar essa expressão são diferentes. Naquela ocasião, a referência a Smith é um fenômeno pragmático. Semanticamente, ele não faz parte do diálogo.

Portanto o que o falante disse foi “Jones está limpando o gramado”. No entanto, naquela ocasião particular, o que ele comunicou foi “Smith está limpando o gramado”. E nesse caso, o que ele disse e o que ele comunicou têm condições de verdade diferentes. O que ele disse é verdadeiro apenas se, durante o proferimento, Jones estivesse limpando o gramado. Por outro lado, o que ele comunicou é verdadeiro apenas se Smith estivesse limpando o gramado.

Como era de se esperar, o fenômeno acima pode ser explicado sem se afirmar que nomes próprios são ambíguos. Ele é simplesmente um caso onde há uma discordância entre a referência semântica de um nome e a referência do falante numa determinada ocasião ao utilizar esse nome.

Para Kripke, o uso referencial de descrições apontado por Donnellan é simplesmente um caso particular da distinção entre referência semântica e referência do falante aplicado a descrições definidas. Não precisamos apelar para a ambiguidade a fim de explicá-los. A distinção apontada por Donnellan entre usos referencial e atributivo de descrições não revela uma diferença de significados entre descrições.

Infelizmente, o exemplo não é inteiramente convincente, pois ele envolve apenas nomes usados referencialmente e, portanto, não há nada que corresponda ao uso atributivo de descrições (Salmon, 2004).

Vejamos agora como a distinção entre referência semântica e referência do falante pode esclarecer a distinção de Donnellan. Note que Kripke apenas indica que a distinção entre usos referencial e atributivo de descrições é um caso particular da distinção entre referência do falante e referência semântica. Ele não explica que tipo de caso particular é esse. Além disso, precisamos notar que a noção de referência semântica não se aplica estritamente à teoria de Russell. Embora possam ter denotação, descrições definidas não têm – rigorosamente falando – referência. De toda forma, a ideia de Kripke é suficientemente clara: uma descrição definida pode ser “usada” para se referir a um objeto (referência do falante) que ela não denota (“referência” semântica). Considere um proferimento de (8).

(8) O assassino de Smith (aquele homem lá, Jones) é louco.

Vamos supor que Smith não foi assassinado por Jones, mas por uma outra pessoa. Nesse caso, afirma Kripke, há – em (8) – uma diferença entre a pessoa que a descrição definida denota e a pessoa à qual o falante está se referindo. Embora o falante esteja se referindo a Jones, a descrição que ele está usando não denota Jones. Ela denota quem quer que tenha assassinado Smith. Portanto, usos referenciais seriam aqueles nos quais um proferimento de “o F é G” é acompanhado pela intenção do falante de se referir a algo.

Outra forma de caracterizar a distinção é apelar para a distinção griciana entre aquilo que o falante disse e aquilo que ele não disse, mas comunicou. Nesses

termos, usos atributivos seriam aqueles nos quais há uma coincidência entre aquilo que o falante expressa ao usar uma frase da forma “o F é G” e aquilo que ele comunica, a saber: a proposição que há apenas um F e ele é G.

Usos referenciais, entretanto, seriam aqueles nos quais não há essa coincidência. No uso referencial, ao proferir uma frase da forma “o F é G”, o falante não apenas expressa a proposição que há apenas um F e ele é G, mas ele também comunica a proposição singular que b é G (aqui, b representa a referência do falante). Em outras palavras, o que caracterizaria o uso referencial seria uma diferença entre aquilo que o falante disse (literalmente) e aquilo que ele comunicou.

Assim, ao proferir (8), o falante disse algo geral, mas também comunicou algo particular, algo acerca de Jones. A proposição que ele literalmente expressou foi que existe uma e só uma pessoa que assassinou Smith e ela é louca. No entanto, a proposição que ele também comunicou foi que Jones é louco.

Consequentemente, as condições de verdade de cada proferimento (literal) de (8) são as mesmas. Se não há um assassino de Smith, o que o falante disse é (literalmente) falso nos dois casos. Mesmo assim, se Jones é de fato louco, aquilo que o falante comunicou é verdadeiro.

Kripke aponta ainda outras razões para se pensar que a distinção entre usos referencial e atributivo de descrições definidas não é semântica. A ideia aqui é notar que a distinção não é exclusiva. Ela não se restringe às descrições definidas. Outras expressões de quantificação podem ser usadas ora de modo atributivo, ora de modo referencial. Kripke escreve: “When a speaker asserts an existential quantification, (Ex) (Fx & Gx), it may be clear which thing he has in mind as satisfying ‘Fx’, and he may wish to convey to his hearers that that thing satisfies ‘Fx’” (1977/1998, p. 241, com adaptações).

A fim de ilustrar o ponto de Kripke, considere as seguintes situações (adaptadas de Larson & Segal, 1995, pp. 342-343).

PRIMEIRA SITUAÇÃO. Suponha que Smith e sua mulher estão visitando o zoológico da cidade. Ao perceber a quantidade de sujeira no chão, ele profere (12).

(12) Infelizmente, algumas pessoas não têm educação.

SEGUNDA SITUAÇÃO. Smith está na fila do *check-in* no aeroporto, quando um velho “amigo” de escola, Jones, entra na sua frente. Indignado com a atitude de Jones, ele profere (12).

É notável a semelhança dos exemplos acima com os exemplos propostos por Donnellan. Na primeira situação, temos um uso atributivo de “algumas pessoas”. Na segunda, um uso referencial, pois Smith não queria simplesmente expressar uma proposição geral, mas comunicar uma proposição singular sobre Jones. Segue-se daí que expressões da forma “alguns F” são ambíguas? Certamente, não. Podemos explicar os dois usos de “alguns F” de maneira mais simples e mais intuitiva e, ainda por cima, toda a teoria que precisamos já está a nossa disposição.

No zoológico, o que Smith disse e o que ele comunicou coincidiram. Ele disse algo geral e comunicou algo igualmente geral (“que há pessoas que não têm educação”). Ele não tinha nenhum indivíduo particular em mente e, portanto, não há nada que possamos identificar com a referência do falante nesse caso. O que ele disse será verdadeiro se, em relação ao contexto de proferimento, houver pessoas sem educação.

No aeroporto, entretanto, não há uma coincidência entre o que Smith disse e o que ele comunicou. Literalmente, Smith disse algo geral (“que há pessoas que não têm educação”), mas, ao proferir (12), ele também comunicou algo particular

sobre Jones (“que ele, Jones, não tem educação”). Nesse caso, há algo que podemos identificar como a referência do falante e, conseqüentemente, uma proposição singular que ele desejava comunicar.

Além disso, como na situação anterior, o que Smith disse será verdadeiro se, em relação ao contexto do proferimento, houver pessoas sem educação. Contudo, se Jones é uma pessoa educada (e que “furou” a fila sem querer), o que ele quis comunicar será falso.

Do ponto de vista do que foi dito, isto é, semanticamente, os dois proferimentos de (12) são idênticos e possuem as mesmas condições de verdade. A diferença entre os dois proferimentos, portanto, deve ser explicada em termos pragmáticos.

Eis uma possível explicação. Não temos nenhuma razão geral para afirmar que há, no aeroporto, pessoas que não têm educação. Portanto, a menos que o ouvinte suponha que Smith está se referindo (de forma sarcástica) ao comportamento de Jones, seu proferimento não seria relevante. Dessa forma, a fim de manter a suposição que Smith não está descumprindo o Princípio da Cooperação, o ouvinte assume que Smith queria comunicar a proposição que Jones não tem educação.

Curiosamente, mesmo expressões demonstrativas admitem tantos usos referenciais quanto usos atributivos. Como usos referenciais são comuns, basta examinar um uso atributivo. Suponha que B vê um carro movendo-se em alta velocidade, às 7h, numa rua próxima a uma escola. Por causa da distância, B não consegue ver o motorista do carro em questão (se preferir, suponha que B não é capaz nem mesmo de ver se há um motorista dentro do carro!). Indignado com a velocidade do automóvel, ele profere: “Aquele motorista deveria ter sua carteira suspensa!”. Nesse caso, a expressão “aquele motorista” foi usada atributivamente. Por hipótese, o falante não foi capaz de formar pensamentos singulares sobre o motorista em questão (lembre-se de que ele não viu o motorista). Logo, o seu uso da expressão “aquele motorista” foi geral. Ele queria apenas denotar “quem quer que estivesse dirigindo aquele carro”.

Por fim, Kripke apresenta um argumento da anáfora pronominal, em favor da concepção pragmática do uso referencial. Considere os seguintes diálogos. Suponha que, em ambos os casos, A está se referindo a Jones.

DIÁLOGO 1:

A: “O assassino de Smith é louco”.

B: “Ele não é louco e a pessoa à qual você está se referindo não assassinou Smith.

DIÁLOGO 2:

A: “O assassino de Smith é louco”.

B: “Ele é louco, mas ele não assassinou Smith”.

Segundo Kripke (1977/1998, pp. 246-247), a distinção entre referência do falante e referência semântica pode facilmente explicar o que está acontecendo nos dois diálogos. No primeiro diálogo, o pronome “ele” funciona como uma expressão de generalidade. Ele parece ser simplesmente uma abreviação da expressão geral “quem quer que tenha (unicamente) assassinado Smith” e que denota a “referência” semântica da descrição. Como vimos, a expressão “referência semântica da descrição” é infeliz e seria melhor afirmar que, no diálogo em questão, o pronome “ele” não faz referência a ninguém (estritamente falando).

No segundo diálogo, os pronomes são usados de forma bastante diferente. Aqui, eles funcionam como expressões referenciais. Mais especificamente, eles são usados para se referir à referência do falante; nesse caso, Jones.

Kripke alega que a distinção de Donnellan não é capaz de explicar o primeiro diálogo. No primeiro diálogo, A está usando a descrição “o assassino de Smith” para se referir a Jones. Logo, de acordo com Donnellan, a contribuição proposicional de “o assassino de Smith” será simplesmente Jones. Porém, se no uso referencial a contribuição proposicional de “o assassino de Smith” fosse simplesmente Jones, como poderíamos explicar o fato que “ele” pode ser usado para significar o mesmo que “quem quer que tenha assassinado Smith”?

Finalmente, Kripke afirma que há várias considerações metodológicas que favorecem a explicação pragmática do uso referencial de descrições e que essas considerações, portanto, favorecem também a teoria de Russell. Kripke argumenta que a explicação pragmática do uso referencial é mais simples, é mais geral e, finalmente, é mais conservadora que a explicação semântica.

Antes de esclarecer esses pontos, vale retomar algumas ideias. Como vimos, Grice (1978/1991, pp. 118-119) introduz um princípio chamado de “Navalha de Occam Modificada”. Basicamente, ele é uma versão semântica da máxima medieval segundo a qual é inútil fazer com mais o que se pode fazer com menos. Kripke está de acordo com este princípio. Não se deve defender a existência de ambiguidades a não ser que existam fortes motivações teóricas e intuitivas para fazê-lo. Agir de outra maneira, ele escreve, é uma forma de desonestidade filosófica: “It’s very much the lazy man’s approach in philosophy to posit ambiguity when in trouble” (Kripke, 1977/1998, p. 243).

Para Kripke, a distinção entre usos referencial e atributivo de descrições definidas viola o princípio da Navalha de Occam Modificada. Tudo o que pode ser explicado com a distinção de Donnellan pode ser explicado sem ela. O uso referencial pode ser sempre explicado, pensa Kripke, em termos de referência do falante. Desse modo, a distinção de Donnellan seria “an idle wheel that does no work: if it were absent, we would be able to express everything we wished to express, in the same way” (1977/1998, p. 245).

Além disso, há outra razão para se considerar a teoria de Russell mais simples que a de Donnellan. A razão é que a distinção entre referência semântica e referência do falante é necessária de qualquer modo para explicar o caso Smith-Jones. Como vimos, o fato de Smith poder ser a referência de alguém que emprega o nome “Jones” não pode ser explicado por meio da distinção entre usos referencial e atributivo e muito menos como um caso envolvendo ambiguidade de nomes.

Outra razão metodológica para se preferir a hipótese pragmática do uso referencial de descrições está relacionada a questões de generalidade. Consoante Kripke, a hipótese pragmática é mais geral, isto é, tem maior poder explicativo do que a hipótese de Donnellan. Além de explicar os mesmos fenômenos que a hipótese de Donnellan, ela é capaz de explicar outros fenômenos semelhantes que a hipótese de Donnellan não é capaz de explicar. Por exemplo, fenômenos envolvendo nomes próprios (o caso Smith-Jones) e expressões quantificadas (“Algumas pessoas não têm educação”) e de anáfora pronominal (“Ele é louco, mas ele não assassinou Smith”).

Simplicidade e generalidade não são as únicas considerações metodológicas que favorecem a hipótese pragmática. Podemos justificar nossa preferência pela hipótese pragmática argumentando que ela se encaixa melhor em nossas expectativas. Esse princípio metodológico é chamado de conservadorismo (*conservativeness*). Lycan (1998) apresenta o princípio metodológico do conservadorismo assim:

[A hypothesis] H1 will be preferred to [a hypothesis] H2 if H1 fits better with what we already believe. (If this sounds dogmatic, notice that, inescapably, we never even consider competing hypotheses that would strike us as grossly implausible; for example, no detective considers the hypothesis that the crime was committed by invisible Venusian invaders).

Como vimos, o primeiro teste apresentado contra a ideia de que descrições são ambíguas estava relacionado às nossas expectativas. O teste pergunta se ficaríamos surpresos em encontrar uma língua na qual a distinção entre usos referencial e atributivo é feita explicitamente. De acordo com Kripke, a maior parte de nós de fato ficaria surpreso ao encontrar essa língua: “As far as our main question is concerned, the first of the two tests, that of our intuitive expectation,

seems to me overwhelmingly to favor a unitary account of descriptions” (1977/1998, p. 244).

Assim, podemos dizer que, à luz do que acreditamos, a hipótese pragmática é mais plausível do que a hipótese de Donnellan e que isso constitui uma razão (metodológica) para preferi-la. O conservadorismo da hipótese pragmática é uma virtude teórica que a hipótese de Donnellan não possui (ou que possui em grau menor).

A teoria das descrições de Russell é, antes de mais nada, uma teoria sobre o significado (literal) de frases, em inglês, que contêm descrições. De acordo com a teoria, descrições não têm um significado referencial e, portanto, elas não são capazes - por meio de mecanismos estritamente semânticos - de fazer referência a pessoas ou objetos particulares. À luz das ideias de Grice e Kripke, podemos afirmar que a distinção de Donnellan mostra apenas que descrições definidas podem ser *usadas* para fazer referência e não que elas próprias são expressões referenciais. Em outras palavras, ela não mostra que descrições definidas têm um significado referencial, diferente do significado quantificacional da teoria de Russell. Afirmar que a existência do *uso* referencial de descrições refuta a teoria de Russell, portanto, seria um erro. Este consistiria em não distinguir a dimensão semântica da linguagem de sua dimensão pragmática (ou conversacional).